



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 123

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 8 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-B/65 na Câmara e nº 104/65 no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula n.º	Matéria a que se refere
1	Do § 6º do art. 45, as palavras: "sem direito a voto, nem as".
2	Do § 4º do art. 50, as palavras: "ou ao portador".
3	§§ 5º, 6º e 7º do art. 50 (totalidade).
4	§ 2º do art. 58 (totalidade).
5	Do art. 60 as palavras: "mantém ou".
6	Do § 1º do art. 64 a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de setembro de 1965, às 9 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C/60 na Câmara e nº 163/64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guayana pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula n.º	Matéria a que se refere
1	Art. 1º (totalidade).
2	Art. 3º (totalidade).
3	Parágrafo único do art. 5º (totalidade).
4	Arts. 6º e 7º (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 926-E/58 na Câmara e nº 139/62 no Senado que regula a profissão de corretor de seguros (veto parcial);

2º — Ao Projeto de Lei nº 617-B/63, na Câmara e nº 109/63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);

3º — Ao Projeto de Lei nº 2.362-E/64 na Câmara e nº 270/64 no Senado que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula n.º	Veto	Matéria a que se refere
		Primeiro veto
1	1º	Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "ou reconhecida".
2	1º	Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "ou reconhecida".
3	1º	Do art. 19 as palavras: "destinadas à formação técnica de securitários e corretores de seguros".
		Segundo veto
4	2º	Totalidade do projeto.
		Terceiro veto
5	3º	Art. 2º (totalidade).

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º n.º IV do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados para sem prejuízo da matéria para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 288-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;

— ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.020, de 18 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º n.º IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessões conjuntas a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 28 e 31 do mês em curso, 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dia 8 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 362-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro Estado de Minas Gerais (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 2.594-D-61 na Câmara e nº 35-65 no Senado que complementa a Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961 que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-63 na Câmara e nº 73-65 no Senado que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — veto parcial;

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial).

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.704-61 (nº 38-63, no Senado), que regula as atividades de representante comercial autônomo, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

ATA DA 133ª SESSÃO, EM 2 DE SETEMBRO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Goldewasser Santos

Oscar Passos

Vivaldo Lima

Martins Junior

Pedro Carneiro

Moura Palha

Joaquim Parente

Sigefredo Pacheco

Menezes Pimentel

José Bezerra

Manoel Villaga

Ermirio de Moraes

Heribaldo Vieira

Júlio Leite

Aloysio de Carvalho

Josaphat Marinho

Paulo Barros

Raul Giuberti

Miguel Couto

Vasconcelos Torres

Afonso Arinos

Aurelio Vianna

Adenildo Valladas

Adolpho Franco

Mello Braga

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Celso Branco
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM — Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

MENSAGEM

Nº 354, de 1965

(Nº 683, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do artigo 22, parágrafo 2º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, tenho a honra de submeter a Vossas Excelências a indicação do Senhor José Soares Torres para Diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, na vaga aberta com a exoneração do Senhor João Batista Marchesi.

Brasília, em 1º de setembro de 1965. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE — JOSÉ SOARES TORRES

1) Nascido em 1903, em Minas Gerais.

2) Cursos:

Contabilidade, no Instituto Lafayette.

3) Atividades públicas:

Funcionário do Banco do Brasil S.A., por concurso (1926-1959), onde serviu na extinta CEXIM, na Caixa de Mobilização Bancária, na Carteira Agrícola, na SUMOC e na Sub-Gerência Industrial.

Inspetor do Banco (SUMOC), de 1952 a 1959.

Colaborou na organização da Caixa de Crédito Cooperativo, como Contador e Supervisor de Atividades Bancárias.

Preparou a instalação da Agência da Caixa de Crédito Cooperativo de Porto Alegre e ocupou a Gerência da mesma Caixa, Agências de São Paulo.

Interventor e liquidante de dois estabelecimentos bancários.

Colaborou com a Diretoria do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (1960-1961).

Delegado do Diretor Superintendente do Banco Econômico da Bahia.

A Comissão de Finanças.

OFÍCIO — Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, de 1965

(Nº 3.083-B-65, NA ORIGEM)

Define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O imposto sobre vendas e consignações, a que se refere o artigo 19, item IV, da Constituição Federal, é devido no lugar onde se efetuar a operação de venda ou consignação.

§ 1º Considera-se lugar de operação, ressalvados os casos expressos nesta Lei, aquele onde se encontrar

a mercadoria ou produto na ocasião da venda ou consignação.

§ 2.º Quando a mercadoria ou produto estiver em trânsito, ao ser efetuada a venda ou consignação, considerar-se-á como lugar da operação aquele onde estiver situado o vendedor ou consignante.

§ 3.º No caso de venda ou consignação para o estrangeiro, mediante embarque através de outro Estado, o imposto será devido exclusivamente ao Estado de origem, mesmo que os produtos sofram, no Estado por onde forem exportados, beneficiamento, ligeira manipulação que não lhes altere a natureza.

§ 4.º Nos casos de fornecimento de material por empreiteiros ou construtores, considerar-se-á como lugar da operação aquele onde estiver situada a obra.

Art. 2.º Nas transferências de produtos e subprodutos da pecuária, agrícolas ou extrativos, de um Estado para depósito e posterior venda ou consignação, em outro, pela mesma pessoa natural ou jurídica ou associados de cooperativas, considerar-se-á lugar da operação de venda ou consignação, relativa a essa transferência, para os efeitos de cobrança do imposto no Estado de origem, aquele onde foram produzidos os produtos.

§ 1.º Consideram-se agrícolas, pecuárias ou extrativos, para os fins desta Lei, os produtos dos gêneros vegetal, animal ou mineral, em estado natural ou submetidos a simples operações de embalagem, empacotamento, fracionamento, moagem, separação, serragem, mescla, limpeza, eliminação de impureza, polimento, congelamento, pasteurização, desidratação, refino, cozimento, laceração, salga, defumação, descascamento, prensagem e outras que se lhes possam assemelhar.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica aos minerais do País, de que constam o art. 15, item III, da Constituição Federal e legislação complementar, os quais continuam sujeitos à tributação do imposto único federal.

§ 3.º Se surgirem divergências entre os Estados, quanto à classificação dos produtos referidos no parágrafo anterior, caberá ao Ministério da Agricultura, através do órgão competente, por solicitação de qualquer Estado interessado, dar a classificação ao produto sobre o qual surgir a divergência.

Art. 3.º O imposto devido ao Estado de origem, nos termos do artigo 2.º, poderá ser exigido por antecipação, na ocasião da transferência, cabendo ao mesmo Estado o tributo correspondente ao maior valor obtido na venda ou consignação.

Art. 4.º O disposto nesta Lei aplica-se aos casos pendentes de decisão administrativa ou judicial, decorrentes da aplicação da Lei n.º 4.299, de 23 de dezembro de 1963, e bem assim aos casos que envolvem dupla cobrança de imposto nas transferências de produtos, realizadas durante a vigência da citada Lei, sendo reconhecido ao contribuinte que o tenha pago no Estado do produtor, pelo menos uma vez, o direito de não efetuar novo pagamento pela transferência de produtos para os seus próprios estabelecimentos, seus agentes, representantes ou depositários, em outros Estados.

Art. 5.º Se o contribuinte houver pago o imposto num Estado, quando devido a outro, fica obrigado a recolhê-lo a este Estado, independente de qualquer penalidade ou correção monetária, e terá assegurado o di-

reito à restituição do que houver pago indevidamente, feita a prova de ter pago ou iniciado o pagamento onde for devido.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação.

Art. 7.º Ficam revogadas a Lei n.º 4.299, de 23 de dezembro de 1963, e demais disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Está finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 606, de 1965

Sr. Presidente,

Requeiro, na forma do Regimento Interno, as seguintes homenagens de pesar, pelo falecimento do Doutor Hugo Napoleão do Régo, que em várias legislaturas representou o Estado do Piauí na Câmara dos Deputados: — Inserção em Ata de voto de pesar;

— Condolências à família e ao Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Sigefredo Pacheco*. — *Benedicto Valladares*. — *Joaquim Parente*. — *Atílio Fontana*. — *Afonso Arinos*. — *Gilberto Marinho*. — *Guilherme Mondim*.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

O SR. SIGEFREDO PACHECO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Sigefredo Pacheco. O SENADOR SIGEFREDO PACHECO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR. SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

(Para encaminhar a votação — Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, em nome da representação uienista do meu Estado e no da Bancada da UDN nesta Casa, manifesto, neste instante, sentido pesar pelo falecimento do Dr. Hugo Napoleão do Régo, ontem ocorrido, de modo súbito, no Estado da Guanabara.

Nos últimos tempos, Senhor Presidente, raros coadjuvantes têm adquirido fora das fronteiras de minha província natal o justo conceito de que gozava o extinto no plano intelectual e político. Assim, as expressões de pesar que ora formulo não se revestem de simples obrigação protocolar, ao contrário, elas são produzidas com a penosa convicção da grave perda para o meu Estado.

O Dr. Hugo Napoleão, durante um longo período, participou ativamente dos episódios da vida política do Piauí. Depois de formar-se em Direito, e, em seguida, ser nomeado Juiz Distrital na então cidade de Livramento, hoje José de Freitas, exerceu o aludido cargo até 1913. Foi, depois, advogado militante em Guadalupe do Pará, onde concluiu seu curso jurídico, até o ano de 1922. Transferiu-se, após para o Rio de Janeiro, mas nem por isso deslembrou-se da vida pública do seu Estado natal.

Deputado à Assembléia Legislativa de 1922 a 1927, representou, após, seu Estado na Câmara dos Deputados na legislatura de 1927 a 1930, na Constituinte de 1933 e nas legislaturas de 1935 e 1954.

Sua passagem na Câmara Federal foi assinalada com invulgar destaque, exercendo vários postos, entre os quais cumpre referir o de membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, da qual foi Presidente, e de Vice-Líder da Minoria.

O Sr. Afonso Arinos — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JOAQUIM PARENTE — Pois não.

O Sr. Afonso Arinos — Embora esteja V. Ex.ª exprimindo os sentimentos do meu Estado, com o orador e a autoridade habituais, eu pediria permissão a V. Ex.ª para juntar, com este aparte, algumas expressões de natureza pessoal aquelas que aqui foram desenvolvidas pelo meu caro amigo Senador Sigefredo Pacheco e também por V. Ex.ª, no tocante ao falecimento de Hugo Napoleão. É peço essa permissão a V. Ex.ª porque, em virtude de longo convívio profissional, pessoal e político, adquiri e entretive com aquele saudoso piauiense as mais sólidas e as mais atenuadas relações de amizade. Já o conhecia desde os tempos da Aliança Liberal e da revolução de 1930, em que desempenhou tão importante papel, mas foi principalmente no Departamento Contencioso do Banco do Brasil, onde, durante largos anos, servi sob sua chefia, que pude, de perto, observar e admirar todas as relevantes qualidades pessoais, profissionais, familiares e humanas que aqui venho sendo exaltadas nos brilhantes discursos dos dois Senadores pelo Piauí. Posteriormente, fui colega de Hugo Napoleão na Câmara dos Deputados e, embora adversários políticos, pude também participar de muitos acontecimentos de relevo e de importância na história política daquele período, em que sempre encontrei nas suas reservas de patriotismo, no seu acatamento e na sua cultura elementos que antes serviam à consecução de objetivos comuns, que eram os nossos, do que poderiam contribuir para o acirramento de lutas estérteis e, portanto, pactuando e participando com a maior sinceridade, do pesar que hoje se abate sobre a gloriosa província de V. Ex.ª, que venho trazer a minha palavra de emoção e saudade à memória de Hugo Napoleão.

O SR. JOAQUIM PARENTE — Muito agradeço ao nobre Senador Afonso Arinos o seu aparte, que muito ilustra o meu discurso. S. Ex.ª, tendo realmente convivido muito de perto com o Dr. Hugo Napoleão, não só por ocasião de sua passagem pela Câmara Federal, mas também no Contencioso do Banco do Brasil, nos dá um depoimento valioso dos serviços prestados por ele, não só na parte política, como também naquele estabelecimento de crédito.

(Retornando a leitura):

Fosse na condição de parlamentar, fosse na de advogado, o jurista realizou aprofundados estudos técnicos. Chefiou, por quase um quarto de século, o Contencioso do Banco do Brasil, cujos quadros funcionais honrou por um longo período. Participou de vários conclave internacionais, inclusive representando a Câmara Federal no Congresso da Reunião Interparlamentar em Nice no ano de 1957.

Achava-se o Dr. Hugo Napoleão, presentemente, recolhido à vida pri-

vada, quando o mal cardíaco irreparável o vitimou.

Foi extensa e profícua, Senhor Presidente, a atuação do desaparecido no cenário político, de modo a ter sido o seu ilustre nome dado a novo município piauiense, em reconhecimento aos serviços prestados à causa pública e, em especial ao seu Estado natal.

Nestas condições, Senhor Presidente e Senhores Senadores, eu não poderia deixar sem especial registro o desaparecimento do tão piaui figura na vida pública do meu Estado. A dor de sua digna família, ao lado do Pai e do seu Partido, associada, nesta oportunidade, o comotido pesar da perda da Democracia Nacional. (Guilherme Mondim).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

A Mesa fará cumprir a deliberação da Casa e se associa, neste instante, às homenagens que o ilustre Plenário presta à memória de Hugo Napoleão que cedo iniciou na vida pública brasileira fulgurante trajetória, na qual evidenciou pujante talento, extraordinária cultura e, acima de tudo, inextinguível bravura cívica. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes Requerimentos de Informações, apresentados na sessão ordinária de ontem:

I — Do Sr. Senador Raul Guberio:

Nº 565 — Ao Senhor Ministro da Saúde;

II — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres:

Nº 566 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas (DCT);

Nº 567 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas (DNER);

Nº 568 — Ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas (DNOS);

Nº 569 — Ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio;

Nº 570 — Ao Senhor Ministro da Educação e Cultura. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O Senhor Senador Vasconcelos Torres enviou a Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 251, § 2.º, do Regimento Interno. S. Ex.ª será atendido.

É C SEGUINTE O DISCURSO DO SENHOR VASCONCELLOS TORRES:

Senhor Presidente

Senhores Senadores

Encaminharei dentro em breve ao Senhor Presidente da República, memorial que me foi confiado, para esse fim, pelos fabricantes de aguardente do Estado do Rio de Janeiro.

Estão esses fabricantes de aguardente do meu Estado em aflição situação, Senhor Presidente, embora os fatos levem a crer que seja alcançado até o fim do corrente ano um dos maiores volumes de produção daquela bebida jamais obtido.

Essa produção, maior do que as possibilidades de colocação no mercado local e no de outros Estados, tradicionais consumidores daquele produto fluminense ameaça transferir-se em problema se medidas urgentes e energéticas não forem tomadas pelo Poder Público em defesa da indústria em crise.

Accentuam os aguardenteiros fluminenses no memorial que dirigem ao Chefe da Nação, que a indústria de aguardente ainda é o sustentáculo

econômico de muitas áreas geográficas, agente polarizador de muitos núcleos sociais do interior do Estado, principal fonte da receita orgamematária em vários municípios, especialmente no vale do Paraíba. Em função dela, salienta ainda o documento, vivem não só os fabricantes, mas também numerosas famílias de fornecedores de cana, colonos e trabalhadores rurais, fixados nas áreas de incidência da cultura canavieira, onde ainda resistem com obstinação ao chamado das grandes metrópoles.

Tendo em vista, assim, a séria ameaça ora existente à própria sobrevivência da indústria aguardienteira, seus empresários sugerem ao Governo a possível adoção das seguintes medidas:

1 — Exportação do álcool.
2 — Obrigatoriedade, imposta às usinas de açúcar, de transformar em anidrido percentagem maior da sua produção alcoólica. Esse álcool a ser adicionado à gasolina, poderia ter seu preço majorado encontrando compensação, possivelmente, na economia de divisas.

3 — Impedir a fabricação derivada da destilação do melão.

4 — Fiscalizar e limitar a venda de álcool, por parte das usinas, às firmas engarrafadas de aguardente.

Senhor Presidente, faço minhas, também, essas sugestões e confio em que o Presidente Castello Branco não será insensível a este apelo, relacionado com os problemas sempre respeitáveis de patrícios que trabalham e que produzem, concorrendo para o enriquecimento do país e para a paz social.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O Senhor Senador Martins Junior enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 201, § 2º, do Regimento Interno.
S. Exª será atendido.

E O SEQUINTE O DISCURSO DO SR. MARTINS JUNIOR:

Senhor Presidente

Senhores Senadores

Ano passado, quando aqui estive, me referi à situação em que o nosso País atravessava, tratando-se de um gênero de primeira necessidade, e agora volto a mencionar o mesmo assunto, uma vez que, quase nada foi feito ou providenciado.

Refiro-me ao sal, para o qual temos um Instituto e que não atia nem desata, como se costuma dizer.

Pela Resolução nº 24-64 desse Instituto ficou determinada a cota de 1.210.000 toneladas para o exercício de 1963/64, dando ao Pará licença para produzir 121 toneladas, isso mesmo já acrescidas de 10%, pois no ano anterior fora de 110 toneladas. Disse eu mais naquela ocasião:

"Enquanto para o Pará deram a cota, já acima mencionada, para Alagoas 242 toneladas, Pernambuco 2 541, Paraíba 2.420, Sergipe 54.571, Maranhão 33.759, Piauí 26.741 afora os maiores que ficam nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Acontece que o IBS, como já informamos foi criado para regular a distribuição do sal às regiões do País, estabelecer cotas e fixar preço do produto, como também não conceder novos registros de salinas. Em poucas palavras, isso representa um monopólio, mas que, mesmo dentro dele existem injustiças, afora as que são previstas em lei. Sei bem que, quase todas essas salinas, senão as maiores, estão localizadas no Nordeste, que precisam de amparo e proteção, no que estou perfeitamente de acordo, mas isso não justifica que na

Amazônia, onde se consome 30.000 toneladas de sal por ano, e que também tem direito a amparo e proteção, por ser também filho do Brasil, lhe seja concedida unicamente a cota de 121 toneladas, esta mesmo improdutiva".

Ignoro quais as cotas determinadas para o exercício de 1964/65, mas acredito que não importa saber, uma vez que as salinas estão na sua maioria, desprevenidas para atender às necessidades nacionais. Estou mesmo fazendo algumas importações para suprir o déficit existente, que não está resolvendo o problema, sobretudo para alguns Estados, uns em virtude de não lhes ser permitido o aumento de cota e outros porque são centrais, onde torna-se impossível essa exploração. O que está acontecendo, refiro-me agora ao meu Estado, é que desejamos fabricar sal, temos possibilidades para tal, e não temos ordem, a não ser que venhamos a desobedecê-la, e assim em flagrante desrespeito à orientação do Instituto Brasileiro do Sal.

Nas minhas palavras do ano passado, terminei pedindo ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que mandasse o Instituto estudar a possibilidade de maior cota de sal para o Pará, o que não foi feito, e ninguém até hoje por lá apareceu para nos dar satisfação do nosso pedido. Continuamos na mesma, ou para dizer a verdade, em piores condições. E digo piores, uma vez que o sal, do ano passado para este, aumentou de preço ao ponto de já estarmos deixando de salgar uma porção de coisas, em virtude de seus preços não mais compensarem.

Assim, às portas da capital do Pará — Belém — no matadouro do Maguary, escolhem-se os couros de gado ali abatido; se não são de primeira também não são salgados por não compensarem o valor do sal. Quando me refiro a Belém, bem devem compreender o que acontece no Interior, quer no Pará, como Amazonas e Territórios. São milhares de couros de gado bovino jogados fora, isto porque, o preço atual do sal, acrescido dos impostos municipais e estaduais, transportes etc, tudo somado, é superior ao preço de venda. Quando digo, couros de gado vacum, também posso referir-me a outras qualidades, como sejam de capivara, porco, etc, sem falar em peixes de inferior qualidade, que também não podem ser aproveitados.

No Pará, sobretudo no Interior, chegamos ao cúmulo de pagar 250 e às vezes mais cruzeiros, por um quilo de sal. Não estou contra os salineiros, pelo contrário, considero até que têm toda razão, de não poderem vender por menos, uma vez que as despesas são verdadeiramente escorregantes. Mas, se nós desejamos fabricar sal, que mistério é esse de não darmos permissão, ao menos a título experimental? Bem sabemos que é humanamente impossível, nos responsabilizarmos por uma cota de 30 ou 40 toneladas, logo nos primeiros anos, mas que permitam de 5 a 10 mil, e aguardemos os acontecimentos para depois tomarem outras providências. Temos neste momento possibilidades de crédito, temos facilidades que nos oferece a Lei referente ao Imposto de Renda, devemos ter o próprio Instituto Brasileiro do Sal, que provavelmente nos poderá ajudar, não só com os seus conhecimentos técnicos como outros necessários ao bom desenvolvimento desta missão. E por que não nos ouvem? Por que não vão estudar o assunto para nos convencerem que não podemos e nem devemos nos meter em semelhante empre-

tada? Será porque ainda somos colônias? Se assim é, com mais razão, uma vez que nossa função é a de produzir matérias-primas necessárias ao consumo do nosso País. O que não está certo nem ser lógico, é que precisemos trabalhar, queramos trabalhar e nos tolhem os movimentos. Será em razão de já terem deliberado que a Amazônia deve ser uma reserva do Brasil, e assim devemos continuar a dormir em "Berço Esplendido", até que precisem de nós, de nós não, sim daquele colosso de terras que possuímos, que também não são nossas, mas do Brasil? Se assim é assim seja, pois o que devemos fazer é nos recolhermos à nossa insignificância, que afinal já é alguma coisa.

Não desejo me alongar, mas unicamente ler o que encontrei num jornal da terra, cujo conhecimento é bem interessante:

"Falando na Confederação Rural Brasileira sobre a economia do sal, a convite da entidade, o Presidente da Companhia Comércio e Navegação, a maior produtora do País, informou que o consumo nacional de 1955 a 1961, cresceu de 35.800 toneladas, para atender em larga escala, principalmente às indústrias de transformação, entre as quais a de álcalis. O consumo previsto para 1970 é de 2 milhões de toneladas. E asseverou que, antes, havia superprodução e hoje brutal escassez, obrigando o País a importar sal. O déficit atual é superior a 1 milhão de toneladas, daí a necessidade de um esforço conjunto para aumentar a produção nacional. Para resolver o problema do sal nos próximos 5 anos, é preciso um financiamento da ordem de 50 bilhões de cruzeiros. As costas brasileiras têm possibilidades para atender às necessidades, não só do consumo interno, mas também de outros povos. Há propostas de empresas para ampliar a sua produção. É difícil fazer uma salina em 5 anos, mecanizada. Para se ter uma idéia do vulto do problema, a Companhia Comércio Navegação produz em suas 123 salinas — 100.000 toneladas. Se quiser em 15 anos ampliar para 300.000 toneladas, terá que realizar um investimento de 10 milhões de dólares para exploração numa área de 25 km²".

Quem falou conhece do assunto, uma vez que essa Empresa é considerada a maior produtora de sal do País, digamos mesmo "Rei do Sal". Refere-se que até 1970 vamos precisar produzir 2 milhões de toneladas, e que antes, como já me havia referido ano passado, existia superprodução e hoje, em 1965, brutal escassez. Que o déficit atual é superior a 1 milhão de toneladas, isto é, 50% das nossas necessidades, daí, reparem bem, da necessidade de um esforço em conjunto para aumentar a produção nacional. Diz mais, muito mais, que o problema do sal nos próximos 5 anos depende de um financiamento da ordem de 50 bilhões de cruzeiros. Mas, prestem bem atenção, também diz: As cotas brasileiras têm possibilidades para atender às necessidades, não só do consumo interno, mas também de outros povos, e assim conclui: Há propostas de empresas para ampliar a sua produção.

Se o nosso déficit é ou vai ser até 1970 de um milhão de toneladas anuais, se estamos ainda em 1965 amargurando o que se passa com referência a sal, se para resolvermos este problema, dependem de recursos monetários e de um esforço em conjunto, se isso depende de onde poderemos fabricar sal, pois para tal as costas brasileiras aí estão, e de número, isto é, cruzeiros, uma vez que para fazermos salinas, precisa-

mos unicamente de bombas, madeiras, pessoal e água salgada, porque o Governo Federal não nos socorre com o indispensável para se tornar em realidade? Já estou falando em plano nacional, já deixei a Amazônia de lado; como bom brasileiro não sou regionalista; acomodo-me assim com o que pretendem fazer conosco, mas eu em contraposição falo e trabalho, neste momento, pelo bem do Brasil, pelo bem dos 80 milhões de habitantes que possuímos e que já vivem nesta abençoada terra de Santa Cruz, e quer queiram quer não, precisamos da sal para viver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — De autoria do Sr. Vasconcelos Torres, há requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 607, de 1965

As experiências, levadas a efeito no dia 31 de agosto no Forte de Copacabana, de lançamento de foguetes de curto e médio alcance, inteiramente fabricados no Brasil, não devem constituir apenas motivo de júbilo para o Exército brasileiro, como alta demonstração do valor dos seus técnicos. Devem ser, principalmente, motivo de orgulho e tranquilidade para todos os brasileiros — orgulho pelo que representam de afirmação nos domínios da construção do material bélico mais avançado; tranquilidade como índice de uma preocupação constante de aperfeiçoamento para a cabal defesa da Pátria.

Sob a inspiração desses sentimentos, requiro se insira em ata um voto de congratulações com o Exército Nacional pelo êxito que coroou aquelas realizações do seu Departamento de Estudos e Pesquisas Tecnológicas e em especial de sua Comissão Mísseis, presidida pelo General Raul de Albuquerque.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento, depois de publicado, vai à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa vários requerimentos de informações, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 608, de 1965

Sr. Presidente:

Requiro à Mesa, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas as seguintes informações a serem prestadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem:

1 — Por que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ainda não providenciou o reenquadramento determinado no Decreto nº 51.162, de 7.8.61, em seu art. 10, parágrafo único, para os funcionários das séries de classes de Auxiliar de Engenheiro e Condutor de Topografias?

2 — Por que já foram feitas três retificações do referido Quadro de Pessoal, tais como as de Técnico de Administração Inspetor de Polícia e Patrulheiro Rodoviário e de Auxiliar de Portaria, e nessas retificações não foi incluída a única determinada pelo Decreto nº 51.162, art. 10, parágrafo único?

3 — No caso das três retificações acima referidas quais os fundamentos legais que as determinaram?

4 — No caso do D. N. E. R. ter cumprido o determinado no art. 10, e seu parágrafo único, do Decreto número 51.162, de 1961, informar quando foi remetido expediente à Comissão de Classificação de Cargos, tendo em vista o prazo estipulado era de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação do referido Decreto no *Diário Oficial*, o que se deu no dia 16 de agosto de 1961.

5 — Informar, finalmente, quais foram as providências até hoje tomadas para cumprir o determinado no Decreto nº 51.162-61.

Justificativa

O presente requerimento é feito pelo fato do Decreto nº 51.162, de 7 de agosto de 1961, determinar em seu art. 10 e parágrafo único:

"Art. 10. O D. N. E. R. deverá providenciar, no prazo de 90 dias, a prova de capacidade a que se refere a Resolução nº 97, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, de 20 de setembro de 1954, para os ocupantes das séries de classes de Condutor de Topografia e Auxiliar de Engenheiro.

Parágrafo único. No caso de inabilitação, o cargo correspondente será reequadrado em classes ou série de classe compatível com a capacidade do respectivo ocupante, ouvida, previamente, a Comissão de Classificação de Cargos."

Até o presente momento não foi feita esta retificação, o que vem ocasionando problemas para muitos servidores, distribuídos pelo Brasil, que deverão mudar de categoria e os que têm direito a promoção.

No caso específico das séries de "Auxiliar de Engenheiro", que foi composta dos servidores designados anteriormente como "Técnicos de Caminho", o erro já começou quando foram reequadrados pelo D. N. E. R. ou pela Comissão de Classificação de Cargos, uma vez que deveriam ser relacionados no Anexo V da Lei número 1.780-60, conforme determina o seu art. 81.

O D. N. E. R. já teve seu Quadro de Pessoal retificado três vezes para modificar as seguintes categorias:

De Assistente de Administração — Para Técnico de Administração.

De Guarda Rodoviário — Para Inspetor de Polícia e Patrulheiro.

De Servente — Para Auxiliar de Portaria.

A única retificação determinada pelo Decreto nº 51.162, de 7.8.61, que aprovou seu Quadro de Pessoal, não foi cumprida até hoje, ao passo que retificações outras foram feitas, apenas com pareceres do Serviço de Pessoal e Secção de Classificação de Cargos do D. N. E. R.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

REQUERIMENTO Nº 609, de 1965

Sr. Presidente:

Requeiro, através da Mesa, que sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, as seguintes informações:

a) se o Ministério da Justiça já designou uma comissão para estudar e preparar o anteprojeto do novo Código Comercial?

b) em caso negativo, por que, tratando-se de uma Lei data do ano de 1850, já com a maioria dos seus artigos já revogados ou superados, dando o tempo decorrido?

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

REQUERIMENTO

Nº 610, de 1965

Sr. Presidente:

Requeiro, através da Mesa, que sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

a) quais as providências tomadas pelo Ministério da Fazenda, para instalar convenientemente as Delegacias Regionais do Departamento de Renditas Internas, criado pelo art. 111, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964?

b) se já foram instaladas as Delegacias Regionais e Inspetorias Fiscais?

c) em caso negativo, por que?

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

REQUERIMENTO

Nº 611, de 1965

Sr. Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho — I. A. P. F. E. S. P. — qual a razão que motivou o fechamento da Carteira de Consignação do IAPFESP de Campos, Estado do Rio, e quando será a mesma restabelecida? Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

REQUERIMENTO

Nº 612, de 1965

Sr. Presidente:

Requeiro, através da Mesa, que sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Departamento Federal de Segurança Pública — as seguintes informações:

a) que o D. F. S. P., reorganizado pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, no seu art. 1º, letra "c", compete "a apuração, com a cooperação dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda e em colaboração com as autoridades dos Estados, dos ilícitos penais praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União (o grifo não é do original)."

b) que tendo em vista o disposto acima, como se admite que os agentes do DFSP encarregados de apurar somente os ilícitos penais, vêm exercendo atribuições dos órgãos do Ministério da Fazenda, encarregados de apurar simples infrações aos regulamentos fiscais?

c) quantos processos penais foram apurados, na forma do Código de Processo Penal, desde 1 de janeiro do corrente ano até a presente data, relacionando o nome das pessoas físicas ou jurídicas que infringiram o Código Penal e seus artigos?

d) quantos processos fiscais, de simples infração fiscal, foram lavrados pelos agentes do DFSP, na Guanabara, São Paulo e Estado do Rio?

e) quanto recebeu cada um de cada parte, relacionando os nomes dos beneficiários, a partir de 1 de janeiro do corrente ano?

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

REQUERIMENTO

Nº 613, de 1965

Sr. Presidente:

Requeiro, através da Mesa, que sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Banco Central da Repú-

blica do Brasil, as seguintes informações:

a) se o Banco Central da República do Brasil, criado pelo art. 8º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, está desempenhando a contento as atribuições previstas nos artigos 10 e 11 da referida Lei?

b) em caso negativo, por que?

c) ainda em caso negativo, quais as providências tomadas para exercer plenamente as funções determinadas pela citada Lei nº 4.595-1964?

d) se o mesmo Banco vem também exercendo as atribuições previstas na Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965? Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

REQUERIMENTO

Nº 614, de 1965

Sr. Presidente:

Requeiro, através da Mesa, que sejam solicitadas ao Poder Executivo, através da Presidência da República, as seguintes informações:

a) se o Conselho Monetário Nacional, criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, vem exercendo as atribuições previstas no art. 3º e 4º da mesma Lei?

b) em caso negativo, por que?

c) se o mesmo Conselho Monetário Nacional está aparelhado para desempenhar as atribuições previstas na Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento?

d) em caso negativo, quais as medidas tomadas para execução dos dispositivos da referida Lei?

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

REQUERIMENTO

Nº 615, de 1965

Sr. Presidente:

Requeiro, através da Mesa, que sejam solicitadas ao Poder Executivo, através da Presidência da República, as seguintes informações:

a) que o Decreto Legislativo nº 18, de 1961, publicado no *Diário Oficial* de 18 de dezembro de 1961, deu anistia ampla a fatos ocorridos de 18 de julho de 1934 até a promulgação do Ato Adicional, inclusive aos "servidores civis, militares e autárquicos que sofreram punições disciplinares ou incorreram em faltas ao serviço no mesmo período, sem prejuízo dos que foram assíduos;

b) que, entretanto, o Consultor Geral da República, de então, através do Parecer E-7, publicado no *Diário Oficial* de 13 de abril de 1962, negou aos servidores civis, militares e autárquicos o direito de contarem como de efetivo fôse, o período que teve faltas a serviço, inclusive licenciado para tratamento de saúde;

c) que o Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal de Recursos e Tribunal Superior do Trabalho já concederam aos servidores os benefícios do aludido Decreto Legislativo;

d) que os Tribunais, inclusive o Supremo Tribunal Federal, através de inúmeros acordãos tem decidido da constitucionalidade do referido Decreto Legislativo nº 18-1961, que foi baixado pelo Congresso Nacional no exercício de sua soberania.

Indaga:

Se a Presidência da República, tendo em vista o que ficou acima exposto, já providenciou um restudo no Parecer E-7, já aludido, através da Ilustre Consultoria Geral da República, com o fim de estender aos funci-

nários do Poder Executivo os benefícios do citado Decreto Legislativo?

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

REQUERIMENTO

Nº 616, de 1965

Sr. Presidente:

Nos termos do Regimento Interno requeiro a V. Exª se digne solicitar ao Banco do Brasil S. A. as seguintes informações:

a) Qual o critério a que obedece o Banco do Brasil para instalação de novas agências em cidades do interior do país;

b) Se existem possibilidades, dentro do critério adotado, para instalação de Agências em cidades do Espírito Santo, particularmente nas cidades de Barra de S. Francisco, Ecoporanga, Afonso Claudio, Castelo, Baixo Guandu e Nova Venécia.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — *Raul Giuberti*.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos não dependem de deliberação do Plenário. Serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido.

E' lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 1965

Amplia vantagens constantes do artigo 186 da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952.

Art. 1º Será computado como de efetivo exercício, até o limite máximo de dois anos, para efeito do art. 186 e suas alíneas a e b da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952, o tempo em que o funcionário estiver licenciado para tratamento de saúde, em virtude de tuberculose ativa, "hienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave e outras moléstias que a lei indicar.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

Várias leis têm sido elaboradas por este Congresso, com a finalidade de amparo social. Esta será uma lei que aprovada evidenciará mais uma vez o sentido humano do pensamento desta Ilustre Casa. O atual Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, em seu art. 180, ampara os servidores da União que tenham mais de 35 anos de serviço público e sejam exercido cargo em comissão ou função gratificada há mais de cinco ou dez anos. Entretanto, aquela Lei esqueceu os funcionários que em os mesmos encargos mas que, por uma fatalidade, são acometidos das doenças específicas e obrigatoriamente são recolhidos à aposentadoria.

Senado Federal, em 2 de agosto de 1965. — *Rui Palmeira*.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de projetos de resolução de autoria da Comissão Diretora.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 87, de 1965

Torna sem efeito a nomeação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É tornada sem efeito, de acordo com o art. 85, alínea c, número 2, do Regimento Interno, a nomeação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Justificação

O presente Projeto de Resolução se impõe em vista da desistência expressa do candidato. Comunicou o interessado haver preferido a sua nomeação para o cargo de dactilógrafo do Tribunal de Contas da União, para o qual, também, fora habilitado em concurso.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — Moura Andrade. — Gilberto Marinho. — Joaquim Parente. — Guido Mondin. — Vasconcelos Torres. — Raul Giuberti.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 88, de 1965

Torna sem efeito a nomeação de Luiz Carlos Pontual de Lemos, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É tornada sem efeito, de acordo com o art. 85, alínea c, número 2, do Regimento Interno, a nomeação de Luiz Carlos Pontual de Lemos, candidato habilitado em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Justificação

Trata o presente Projeto de tornar sem efeito a nomeação de Luiz Carlos Pontual de Lemos, visto ser o mesmo "fichado criminalmente em virtude de inquérito instaurado pelo Serviço Nacional de Informações em data de 14 de abril de 1964, como incurso nas sanções previstas pela Lei número 802, de 5 de janeiro de 1953 crime contra a Segurança Nacional".

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1965. — Moura Andrade. — Gilberto Marinho. — Joaquim Parente. — Guido Mondin. — Vasconcelos Torres. — Raul Giuberti.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 89, de 1965

Nomeia José Carlos Alves dos Santos, candidato habilitado em concurso público para o cargo de Auxiliar Legislativo.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Carlos Alves dos Santos.

Justificação

Em virtude da renúncia expressa de Sérgio de Pontes, cabe a presente

nomeação a José Carlos Alves dos Santos 67º candidato habilitado no concurso público realizado para o provimento de cargos na carreira de Auxiliar Legislativo.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1965. — Moura Andrade. — Gilberto Marinho. — Joaquim Parente. — Guido Mondin. — Vasconcelos Torres. — Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os projetos lidos, de autoria da Comissão Diretora, independentemente de parecer de outra comissão e, oportunamente, serão incluídos em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana, por cessão do nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, por que estou pedindo inspiração, no passado, para fortalecer a minha fé, venho lendo páginas memoráveis de grandes vultos da nossa História, que entregaram a sua vida em holocausto e na defesa do patrimônio comum.

Inspiro-me vezes em Rui, vezes em Mangabeira, vezes em Nabuco, e deste tenho extrair pensamentos notáveis, que me fortalecem na luta quotidiana contra as mistificações e os mistificadores, contra a intriga e os intrigantes, contra a calúnia e os caluniadores, contra a injúria e os injuriadores.

Nabuco dizia, nos idos de 1889, que "O País..." — o nosso! — "... está habituado a um triste espetáculo, o de ver os seus homens de Estado arrastarem-se para o terreno da difamação. Qual é o homem de Estado entre nós..." — perguntava — "... que não tem sido maculado pela calúnia?"

Logo, não é de admirar que um representante do povo, nos tempos atuais, venha sofrendo calúnias, infâmias e intrigas, que o enaltecem ao invés de abatê-lo.

Leio no "Diário de Notícias" que, "enquanto o Marechal Lott deixava entrevis, dizendo que sua candidatura é, na verdade, um desafio contra a técnica do *push* de que acusa o Governo, os partidários do Embaixador Negrão de Lima apromptam seu plano de contra-ofensiva para anular a candidatura Aurélio Viana, pretendendo desencadear uma guerra religiosa contra o Senador com o slogan "católico não vota em protestante".

E a intriga mais vulgar; não chega a ser propriamente intriga, porque é uma intriguelha da pior espécie.

Nunca neguei a minha fé religiosa, muito menos hoje. Estou cada vez mais certo de que estou certo em ser cristão; cristão evangélico, partidário da União de todos os cristãos, em torno do Cristo vivo dos Evangelhos da sua doutrina do seu pensamento, das suas idéias, da sua vida magnífica e expiendia, estuante de verdade e de sabedoria.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quero dizer a V. Exa. que esse argumento é o mais tolo possível.

O SR. AURELIO VIANNA — É um argumento negro, nigérrimo!

O Sr. Vasconcelos Torres — Tolo, esdrúxulo, inconsistente, cretino e im-

becil (riso), porque a Igreja Católica está hoje realizando uma aproximação de todos os credos. Inclusive aquilo que nós aprendemos no Catecismo relativamente aos judeus, já está abolido. Tende-se a uma confraternização de todos os homens em torno de um ente supremo, o Deus que veneramos. Quero dizer a V. Exa. que, por este lado, não poderão niaciar ninguém, muito menos V. Exa. Estou aqui, neste instante, apenas salientando, estou acompanhando como vizinho, o desenrolar da política no Estado da Guanabara. Vemos que V. Exa. se situa como candidato na mesma posição do nosso prezado amigo e colega Senador Gilberto Marinho, que — e aqui V. Exa. vai-me permitir um parentese — tem tido uma atitude discreta, impecável, correta, digna; não se deixou levar pelo fulgor. E seu nome, falado, soa o e pelos outros. Há o exemplo também de V. Exa., que se vem se impondo ao nosso respeito, porque, na Guanabara como que há uma experiência política nova a ser tomada pelo Brasil. E no caso do meu prezado colega que começa a ser alvo desses ataques só queria que V. Exa. permitisse dizer, parece até uma figura do Evangelho, que não se atiram pedras em frutos podres. E V. Exa. tem o seu trabalho, tem a sua obra, a sua dignidade. E esse argumento jamais o afastaria de uma competição, pelo contrário, tenho a impressão de que, os que querem combatê-lo, nesse caso irão até ajudá-lo!

O SR. AURELIO VIANNA — Nobre Senador Vasconcelos Torres, se há dois homens que nunca provocaram a sua candidatura ao Governo da Guanabara, embora se sentissem amos honrados por a apresentação das suas candidaturas, aquele admirável povo, são os que V. Exa. acaba de citar. Deixamos aos partidos políticos a decisão sobre as candidaturas inclusive as nossas.

Neste Senado, unimo-nos os três Senadores da Guanabara, apresentando emendas em conjunto, consignando verbas vultosas para aquele Estado, e nunca, nem o Senador Afonso Arinos de Melo Franco nem o Senador Gilberto Marinho e nem o modesto Senador que fala, sequer tentaram publicar nos jornais da Guanabara as emendas que apresentaram, tentando obter as simpatias populares, mas cumprindo com o seu dever e com a sua obrigação.

O Sr. Afonso Arinos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Afonso Arinos — Sinto interrompê-lo, mas meu intuito é apenas o de colaborar com a afirmativa de V. Exa. para manifestar, em meu nome e em nome do Sr. Senador Gilberto Marinho — que, ao momento, não se pode manifestar, por estar presidindo a sessão — a nossa plena aquiescência e a nossa completa solidariedade às expressões que V. Exa. traz, neste momento, a tribuna. De fato, a Bandeira da Guanabara, no Senado, tem atuado no tocante à elaboração do Orçamento e a todos os assuntos que interessam ao grande Estado, num alto espírito de cooperação cívica e parlamentar, desprocurada de interesses ou rivalidades partidárias, desrezando quaisquer complicações pessoais, exclusivamente empenhado em servir aos interesses daquele grande e admirável povo carioca que trouxe à honra desta cadeira três representantes da cidade-Estado, nenhum dos quais sequer é nascido dentro de seu território. Com estas expressões, Sr. Senador Aurélio Viana, manifesto a minha plena concordância às afirmativas de V. Exa. e aproveito a oportunidade para declarar, como antigo companheiro na Câmara dos Deputados e atual colega no Senado da República, que só tenho tido motivos para ad-

mirar a conduta retilínea de brasileiro e de patriota com que V. Exa. tem desempenhado o alto mandato que o povo do seu Estado e o povo da Guanabara lhe confiaram.

O SR. AURELIO VIANNA — Muito agradeço a V. Exa., Senador Afonso Arinos, o que acaba de ouvir.

Agora, não. Vamos dizer o que fizemos, como estamos atuando, cumprindo o nosso dever.

Reclamam alguns ignorantes dos princípios constitucionais que não apresentamos projetos para construir hospitais na Guanabara. Como poderíamos fazê-lo se a Constituição da República nos proíbe? Não tínhamos e não temos autoridade ou competência, para apresentar projetos que impliquem em despesas. Somos, nesse setor, uma Câmara apenas revisora. Pelas emendas a Constituição e ao Ato Institucional, muito menos. Se o quiséssemos, poderíamos operar nesse campo, mas aqueles que observaram a luta em torno da Lei do Inquilinato, sabem da posição que tomamos nas emendas que apresentamos quando se tratou do imposto de Renda, aplicado severa e drasticamente contra o assalariado deste País. Alguém pode ter igualado a este Senador que se encontra na tribuna, pode se lhe ter igualado na Câmara e no Senado mas superá-lo jamais através das emendas e combates na defesa daqueles que produzem para a grandeza deste País.

Sr. Presidente e Senhores Senadores, neste século, quando os últimos Papas clamam por que os cristãos se unam; quando agora mesmo ouvi de um Senador da República, que um Padre, candidato a um posto executivo num dos Estados da Federação, recebeu e vem recebendo, em virtude do seu espírito, da nobreza da sua conduta, apoio integral dos evangélicos daquela unidade da Federação brasileira — é um Estado do nordeste — vemos uma exploração sibilar, hipotética, pequenina, odiosa, na capital espiritual do Brasil, onde as grandes decisões políticas continuam sendo tomadas, como que se desejando que o espírito dos séculos que passaram voltem à terra e a queima de hereges, embora cristãos, incendeiem os jardins dos poderosos.

Sr. Presidente, proclamo a minha fé religiosa de que não me envergonho. E se as condições levarem à indicação do meu nome para o Governo da Guanabara, estou novamente pronto à luta, dirigindo novamente uma mensagem a esse povo que em mim confiou, que me trouxe do meu Nordeste ardente e bravo para representá-lo no Senado da República. Povo sem ódios, sem discriminações que abriga e acolhe no seu território, todo o Brasil, a sua inteligência, a sua cultura e que, para votar em alguém, não pergunta em que parte do Brasil nasceu.

Sr. Presidente, volta o "O Globo" através de um colunista, cujo pseudônimo — deve ser pseudônimo — é Carlos Swan, a instilar novamente algum venozinho e prestar-me, de algum modo, um serviço, porque me dá oportunidade de dizer o que por um certo acanhamento natural tenho procurado encobrir.

Não me lembro de ter vindo alguma vez, nesses anos, à tribuna do Senado, para ler telegramas e cartas que recebo da Guanabara e de todo o Brasil, de aplausos à minha conduta de Parlamentar.

E agora, o colunista me obriga a proclamar alguma coisa, algumas verdades. Diz ele:

"Prevendo a derrota do Marechal Teixeira Lott no TSE o Senador Aurélio Viana tem reafirmado a colegas e amigos, em Brasília, que de maneira alguma aceitará a candidatura do Sr. Negrão de Lima, a quem veta frontalmente. Já é tempo de perguntar

quem é o Sr. Aurélio Viana para vetar alguém na política da Guanabara".

Primeiro, quem vota não sou eu, quem vota é quem tem poderes de voto. Quem vetou a candidatura do Senador Negrão de Lima foi o Partido Trabalhista Brasileiro, que tinha poderes para isso, quando preferiu a candidatura do Marechal Lott. Por que? Só o PTB, pela sua maioria, o sabe. Da primeira vez, preferiu o Engenheiro Hélio de Almeida.

Dezido a qualquer membro do Congresso Nacional a que apresente uma prova de que alguma vez fez um pronunciamento desastroso contra a pessoa do Sr. Negrão de Lima. E não poderia fazê-lo, porque, sinceramente, não o conheço. Que desconhecem a minha existência, é mais ou menos natural, porque fui um dos homens mais votados neste País! Recebi uma votação imensa na Guanabara. Então, que desconhecem a minha existência, é natural, neste País cheio de paradoxos! Mas seria muito mais natural desconhecer-se a existência de quem não vem militando na política nacional.

Perguntaram-me, uma vez, o que achava do Embaixador. Não sei porque vivemos num mundo de boatos. Uns dizem que ele foi escolhido por um candidato a ditadura, para a implantação de um golpe que destruiria as liberdades públicas no País. Não tive a oportunidade de pesquisar isso. Depois, desapareceu. Embaixador em Portugal, diplomata... Nunca me preocupei muito com a sua carreira. Surgiu agora. Ressurgiu — dizem, também, mas ficam no "dizem" — articulando uma candidatura a Presidência da República, levando o ex-Presidente, atualmente banido, Juscelino Kubitschek, a dar o aval do seu prestígio, levando uma parte do Partido ao qual pertencia, a um candidato; logo depois o Sr. Juscelino Kubitschek recebia a paga e esta no ostracismo.

Mas eu não posso, de maneira nenhuma, opinar, vetar. Só vota quem tem poder de veto. Não sou Partido, sou um representante do povo da Guanabara. Tenho o direito de não aceitar, como respeito o direito de terceiros de não aceitarem a minha candidatura.

O Sr. Negrão de Lima está a favor da minha candidatura? Não! Eu o condeno por isso? Ele tem o direito de não concordar com a minha candidatura.

Aprendi na cartilha democrática, que isto é Democracia. E tantas candidaturas não são aceitas por conveniências políticas... Isto é crime? É transgressão? Fere os princípios éticos? Mas deixemos esta parte, que não tem muito sentido.

(Lendo):

"Deputado socialista por Alagoas, sem ter jamais prestado qualquer serviço ao Rio de Janeiro, quis até prejudicar esta cidade, pois quando se deu a mudança da capital surgiu-se contra o auxílio federal que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek propôs para o antigo Distrito Federal, como compensação pelos prejuízos imediatos que a mudança provocaria. Fez discursos nesse sentido, na Câmara Federal..."

É por isso que trouxe os Anais do Congresso. Aqui neste volume (Etióbia). Está a história do projeto esta a resposta ao comunista. Desta arma usou o Governador Carlos Lacerda, mas, muito inteligentemente, quando ouvi a resposta, calou. E não voltou mais a comentá-la. E "O Globo", que hoje tanto combate o Sr. Carlos Lacerda, foi buscar inspiração nele, usando da mesma arma. Vai ter a resposta. Não sei se terá a mesma

dignidade do Sr. Carlos Lacerda, neste caso, que naquele tempo calou, para calar agora.

Foi apresentado um Projeto que, Srs. Senhores, iniciava assim:

"Tendo em vista a situação especial de transformação do atual Distrito Federal em Estado da Guanabara, o Poder Executivo autoriza a prestar a contribuição financeira da União, até o montante de Cr\$ 3.000.000.000 destinados a conclusão das obras públicas iniciadas na Cidade do Rio de Janeiro, diretamente a cargo da Prefeitura ou atribuídas à SURSAN e ainda a execução de obras essenciais que forem autorizadas pelo governo do nosso Estado da Guanabara".

Esse é o art. 1º. Até muita pressa num artigo de lei. A técnica legislativa foi aqui sacrificada, tornou-se cadáver. Muito bem. Mais valiam as intenções.

A mensagem tem nove linhas. Não diz nada. O próprio relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, iniciou assim: "Nenhuma palavra julgou necessário o Sr. Presidente da República para justificar a sua mensagem". Solicitamos, naquele tempo, um crédito especial de três bilhões de cruzeiros. Numa exposição do Ministro da Fazenda de então lemos, aquele tempo, isto:

"Versa o processo anexo sobre o apelo que a V. Exª e a esse Ministério dirigiu a Associação Brasileira de Empreiteiros de Obras Públicas, no sentido da concessão de empréstimo à Prefeitura do Distrito Federal, pelo Banco do Brasil S/A, a fim de que venham a ser solventes, pela Municipalidade, os compromissos atrasados e relacionados com as obras em andamento nesta capital, a cargo da mesma Prefeitura e da SURSAN".

Sobre a pretensão, o Banco do Brasil S/A se manifestou contrariamente, consoante se vê do seu expediente, de fls. 5, não só porque os pedidos de empréstimos desta espécie fogem às normas comuns do Regulamento respectivo, como também porque, ao seu ver, "a operação se destinaria a fornecer meios para a ocorrência de pagamentos que, normalmente, deveriam ser realizados com recursos auferidos dos impostos criados pela Lei Municipal nº 899, de 28 de novembro de 1957. E assim por diante.

A Comissão de Finanças achou esse Projeto tão absurdo que lhe apresentou um substitutivo. E o Projeto, tempos depois, vem ao plenário, onde fui o primeiro a comentá-lo. Havia uma onda contra o Projeto e havia muitos deputados a favor dele. E os debates se abriram. Para que o Projeto não fosse rejeitado "in limine" pois eu entendia que ele não seria aprovado naquele momento de crise, terrível, nacional, quando o Rio Grande do Sul clamava, deputados do Rio e do Sul condenavam visceralmente o Projeto — e aqui estão os pronunciamentos de deputados do Rio Grande do Sul — quando deputados do Nordeste manifestavam o seu desejo de que emendas fossem apresentadas, também, atendendo as capitais dos Estados do Brasil em situação difícil, até mesmo por um certo sentimentalismo de ter um filho nascido na Guanabara, apresentei uma emenda reduzindo de um bilhão e 500 milhões de cruzeiros aquela quantia, porque assim teríamos inclusive tempo para a análise da matéria.

Pois bem, estão aqui as minhas palavras:

"Quando se está fazendo uma análise econômica, uma análise da conjuntura, sem se concluir ainda — porque, se eu apresentei uma emenda reduzindo de 3 bilhões, para um bilhão e 500 milhões de cruzeiros, foi inclusive para dar tempo a que se manifestassem os órgãos técnicos do Estado da Guanabara a respeito do assunto, mesmo porque quem poderia afirmar que não há um sentido político nisso?"

Havia um pleito na Guanabara: um candidato do PSD — o Prefeito era do PSD — um candidato do PTB e um candidato da UDN.

"Vem uma mensagem simplista, de dez linhas, sem qualquer justificativa, como se fossemos aqui um grupo de embaixados a votar as coisas tudo aquilo que nos mandam, sem uma análise da conjuntura."

Logo depois:

"Não me move nenhum interesse secundário; quero ser esclarecido, quero votar conscientemente."

Senhor Presidente, cumpri com o meu dever. É um projeto de grande responsabilidade este. Presumo minhas intenções. Que venham elas! Que nos digam o que se quer fazer com esses 3 bilhões de cruzeiros. Se houver necessidade de 5, 10 bilhões, e a Nação puder dá-los ao Estado da Guanabara, então vamos dar, não 3, 4 ou 5, mas muito mais. Mas não vamos esquecer o resto do País, tampouco o Estado da Guanabara.

Senhor Presidente, essas as minhas últimas palavras para evitar explorações, que eu não as temo, mas para evitar explorações, num campo que me é querido, porque ali estudei, convivo com aquele povo e tenho os meus amigos no Estado da Guanabara, grandes amigos, de todas as horas.

Tomem as minhas palavras, Senhores Deputados, como uma pequena colaboração de quem quer ser e é sincero, de quem quer ser sempre e é honesto, mentalmente honesto, moralmente honesto."

E aconteceu um fato: partiram os deputados a me abraçar. Fui cumprimentado e aplaudido. Aqui está tudo documentado.

Fui cumprimentado, aplaudido até, etc. Todos compreendiam meu objetivo.

Que os Senhores Senadores comparem o que está na coluna de "O Globo" com o que acabou de ler.

Mas foram os debates. Não falei mais. Fiquei observando os debates que surgiram. Falou Sérgio Magalhães, explicando com aquela sua falguia, com aquela sua cultura, com aquele seu entendimento. E era de tal modo admirado, que um dia Gabriel Passos chegou a dizer à Câmara: "É um bom candidato à Presidência da República!" Está hoje cassado pelo movimento armado. Pois bem, explicando sem condicionar um só momento.

Mário Martins explicou a situação da Guanabara. O que o Governo não fez, fez Mário Martins, que era contra o Governo Federal de então, mas sem atacar a minha pessoa.

E assim Nestor Jost, condenando o projeto; Campos Vergal, condenando o projeto, mas condenando-o em termos, dizendo porque; Carmelo D'Agostinho, aceitando a tese de que, naquele instante, uma emissão de papel-moeda de mais três bilhões

de cruzeiros — pois o orçamento da República era deficitário — provocaria inflação, por isso também se alinhava entre os que achavam estranho o projeto naquele momento. Perde-se o pleito na Guanabara.

Pois muito bem. As explicações vieram vindo. Colombo de Souza falou; Mário Gomes, na Comissão, foi particular do projeto. Até que, se tivesse por ter provocado aquelas explicações todas, o projeto era transformado num substitutivo cuidadosamente elaborado.

Explicada toda a situação, o Estado em débito, os empréstimos não recebidos, as obras não podendo continuar naquele momento, então aconteceu um fato: autorizei a redução da minha emenda, e porque a retirei, todos os Deputados que haviam apresentado emendas foram redirecionados às suas. O que mais recordou foi o Deputado Mário Tamborindégui, que pretendia um destaque de Cr\$ 500 milhões — se me não tinha a memória a faz muito tempo — para a construção de uma estação marítima para abrigar aqueles que se transportam da Guanabara para o Estado do Rio.

Aquele Deputado telefonou em não retirar a sua emenda, e se o fez quando, em nome do Governo, lhe foi garantido que, embora não constasse da Lei, o Governo garantia aquela verba para construção daquela estação, construção que não foi realizada até hoje.

Nelson Carneiro, um defensor da ideia, abraçou a Câmara, em nome da Bancada da Guanabara; foi uma festa de alegria, de entusiasmo.

Hoje, vem um jornal que gostaria — ou gostaríamos — de se equiparar ao "Times", órgão conservador da Inglaterra, mas que, como órgão conservador, embora defendendo uma política conservadora, e de uma lealdade absoluta nas notícias que propaga, na defesa da honra de todo o povo inglês, dos que comungam com as suas ideias e dos que são contrários a elas. Vem esse jornal, que poderia ser o "Times" do Brasil, abrigando um jornalista que não só contém, mas está, de alguma maneira, prestando-me um grande favor, um grande obséquio. Quem é Aurélio Viana? — Somente Senador da Guanabara. Foi Deputado pelo Estado das Alagoas, em três legislaturas e, sem gastar fortunas, rejeitando dinheiro que lhe foi oferecido por monopólios, por grupos; sem aceitar dinheiro dos Institutos de Previdência Social e de autarquias, em parte nenhuma, tendo dito na televisão que, se por acaso seus amigos ou adversários soubessem de alguma autarquia, órgão ministerial ou qualquer empresa que lhe tivesse enviado dinheiro para sua campanha, que lhe fizessem a comunicação, para que o seu protesto fosse público, foi eleito. Diz "O Globo" que qualquer um teria sido eleito. Não ouviu, também.

O PTB, num ato de desprezimento, naquele tempo — se tese é válida — não quis lançar candidato próprio e foi procurar, nas Alagoas, a um mes e 22 dias das eleições, um "cabeça chata", já em campanha e que poderia ser eleito pela 5ª vez, que atendeu ao chamado do Presidente do seu Partido que disse "pe-nha", e foi.

O "Correio da Manhã" declarou: "A Guanabara está satisfeita com seus Senadores", em artigo de fundo, pela atuação que vimos tendo até aqui. Afinal de contas, confesso que continuo sendo muito humilde, nunca cortejei favores de jornais. Aquelas que falam a meu respeito, falam porque querem. Nunca paguei e mesmo não posso. O dinheiro que me resta

do que o povo me paga estou empregando numa granja par depois, fazer uns queijinhos nacionalistas, a fim de transformar paladares entre-guistas. E quando fabricar o primeiro queijo, vou enviá-lo ao cronista Carlos Swan, para transformar seu paladar. E' o presente que vou receber depois de 20 e tantos anos de mandato. (Lê)

... Mesmo assim, em 1962, numa daquelas extravagâncias do Sr. João Goulart, foi escolhido para disputar uma cadeira de senador pelo nosso Estado. Elegeu-se, com enorme votação, mas qualquer que fosse o candidato do PTB aquela altura teria sido eleito e com a mesma votação.

Bem, é afirmação de verdadeira pitonisa. Como ele sabe as coisas! Impressionante isso ...

"Qualquer um teria sido eleito com a mesma votação ..."

Esse homem deveria ser convocado para dar palpite sobre candidatos, quantos votos vai ter etc.

"Elegeu-se com enorme votação, mas o Sr. Viana pensa que a votação foi sua, ..."

Não, nunca pensei de modo algum.

... pessoal ...

Também não.

"... e a todo instante a invoca ..."

Nunca invoquei. Mais depressa se pega um mentiroso-diz o nosso adágio — do que um coxo. Nunca pensei que fosse eleito com um mês e pouco de campanha.

"... para fazer valer os seus direitos de dar a última palavra, inclusive vetando os nomes que não lhe agradam".

Agora é que compreendi; a questão é eleitoral. Eles dizem que estou zangado; zangados estão eles, como estão revelando.

Um amigo me dizia ontem: "Estar respondendo a essas acusações faz-lhe, talvez, mal". Eu lhe respondi que isso me faz um grande bem, é a minha diversão. Não deveria temer, repentinamente, agora, porque pode ser que ele pare. Mas eu me divirto com isso, com essa impudicícia e essa inabilidade.

Tirem a máscara!

Dizem que combatem o Governador da Guanabara pela deslealdade à verdade do Governador da Guanabara. E praticam a mesma deslealdade à verdade.

Nunca vi tanta afinidade — não quero falar entre os diretores do jornal — entre o colunista e o Governador da Guanabara.

"Como Senador, o Sr. Aurélio continua ignorando os problemas da Guanabara, que nunca o interessaram e não conhece."

Aqui está a pasta com todas as emendas que apresentamos, constituindo-nos numa bancada da Guanabara, os três Senadores da Guanabara. Rapidamente lerei, para conhecimento do colunista, porque o povo sabe que venho recebendo, como motivação para que continuemos nesta luta.

"Membro de um pequeno partido, em vésperas de extinção ...

Lamentavelmente tudo se encaminha para isso.

"... deveria pelo menos por isso ser mais modesto em sua atuação."

Não faço nada, não apresento colússia alguma, não falo, não trabalho e devo ser mais modesto! ... Só se renunciar, mas isso não estou determinado a fazer.

Não publico o que faço; estão aqui as provas da minha atuação. Tenho montes de recortes de jornais, dizendo da minha atuação, e ainda me aconselham a ser mais modesto na minha atuação! Então, estaria aniquilado totalmente!

"Poderia também ser mais coerente"...

e agora vamos gozar isso:

"Assim vota o Sr. Negrão de Lima, que é do PSD e não é esquerdista, mas diz que aceita o Sr. Gilberto Marinho que também é do PSD e não é esquerdista."

Não entendo bem. Veto um, porque, não é esquerdista e apoio outro, porque, não é esquerdista. E apoio o Marechal Lott, que também não é esquerdista! Trabalhei por sua candidatura à Presidência da República, não era esquerdista. Trabalhei pela candidatura do Mal. Juarez Távora, também não era esquerdista.

Então, a coerência seria apoiar o não esquerdista, mas tenho o direito de escolher, entre os não esquerdistas, o candidato de minha preferência, isto é, primeiro, da preferência do meu Partido.

Entretanto, esta intrigazinha não pega, porque, eu conheço Gilberto Marinho e Gilberto Marinho me conhece.

Agora, não conheço o Embaixador Negrão, por isso mesmo não tenho muita autoridade para fazer certos ataques, à honra, à dignidade. Não o farei. Também ele não me conhece e, até hoje, me tem poupado. Diz apenas o "Diário de Notícias" que ele usa elementos contra mim, isto é, — retificando — que partidários dele, do Embaixador, assentaram, entre seus planos de contra-ofensiva, ataques à base de minhas convicções religiosas.

Pois muito bem!

Ou não está sendo sincero e se os ventos soprassem a favor do Senador Gilberto Marinho, ele logo desapontaria.

Mas acho que quem ficará desapontado é o colunista de "O Globo". Ele, sim, ficará desapontado, se surgir outro qualquer candidato que não Negrão de Lima. E respeito o pensamento dele. Pois não! Tem ele o direito de se apaixonar por candidatos. É coisa natural nos homens. Deve ter ele um conhecimento tão profundo a respeito das convicções do Embaixador, que deve estar empregado com sua candidatura. E respeito isso. Mas, infelizmente, ao invés de ele perder tempo comigo cuidando da minha candidatura e da minha pessoa, deveria cuidar mais da candidatura do seu candidato, na base das suas qualidades, do que foi e do que é, da sua coerência passada e presente, porque, se o futuro é a grande soma do passado mais o presente, então deveríamos saber de tudo isso, para que, inclusive, pudéssemos ser esclarecidos.

Mas muito bem!

Ou se trata de uma questão pessoal com o Sr. Negrão?

Não há questão pessoal, já o disse. Nenhuma questão pessoal. Já encontrei o prato feito quando cheguei na Guanabara, alguns Partidos, já diziam não aceitamos a candidatura Negrão de Lima.

Sou homem que sempre respeitou atitudes e decisões partidárias. As vezes não as aceito mas respeito.

"Talvez não lhe agrade as coisetas"

Como nunca fui apresentado ao Embaixador nem sei se ele usa coisetas,

por isso nem posso comentar este assunto.

Continuamos preferindo o Senador Aurélio Viana como fabricante de queijos.

Aqui não digo nada, porque já disse: o primeiro queijo que fabricar quando as novilhas virarem vacas e as vacas derem leite, o primeiro enviarei ao colunista do "O Globo", com esta dedicatória: Um queijo nacionalista, de leite nacionalista de vaca nacionalista, para transformar o paladar de um entreguista".

Meu caro colunista volte, querendo, volte sempre, volte mais vezes inclusive porque tudo isto me indica o caminho: não deverei recusar, de modo nenhum, a minha candidatura, se for indicado pelos partidos que, já, publicamente, fizeram declarações a esse respeito. Há necessidade mesmo de alguém que não esteja conformado que discorde desses processos, que não tenha medo de discordar. Depois de tudo isso, a amizade que me liga ao Senador Gilberto Marinho solidificou-se, ainda mais. Somos de partidos diferentes; estimamos-nos há muitos anos; respeito suas idéias, as suas decisões, as suas preferências, como S. Exa. vem respeitando as minhas, e não são essas intrigazinhas que nos hão de separar. Se o partido dele não me aceita como candidato, isto não vai estremer a nossa camaradagem, a nossa amizade, como, se meu partido não aceitar sua candidatura, a nossa amizade continuará de pé.

Sr. Presidente, termino aqui. Nada fiz pela Guanabara. Aqui estão exemplos da correspondência que me chega, aos montes:

Da Associação Médica do Estado da Guanabara

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1963.

Exmo. Sr. Senador Aurélio Viana:

Senhor Senador:

Na qualidade de Presidente da Associação Médica do Estado da Guanabara, entidade que congrega em seus quadros cerca de ... 5.000 médicos, vimos pela presente, aplaudir vivamente a V. Excelência, pela iniciativa da apresentação da emenda que visa regularizar a situação dos médicos do serviço público federal que exercendo funções de médico, estão classificados em misteres diferentes.

Queremos, em nome dos médicos guanabarrinos, enaltecer a atuação marcante de seu representante na Câmara Alta do país, que fiel aos seus propósitos vem buscando atender aos verdadeiros anseios do povo que o elegeu.

Na ausência de outro assunto para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossa Exa. os protestos da mais elevada consideração.

Respeitosamente. — Dr. Mauro Lins e Silva, Presidente.

Da Associação Brasileira de Odontologia

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1963.

Exmo. Sr. Senador:

A Associação Brasileira de Odontologia, Seção da Guanabara, tomou conhecimento de que Vossa Excelência emendou o projeto que concede aumento de vencimentos ao funcionalismo civil e militar da União, visando regularizar a situação dos médicos, dentistas e farmacêuticos que percebem vencimentos não compatíveis com as funções que exercem.

Conhecedores do espírito de luta e de justiça, o apanágio da sua

vida pública, queremos nesta oportunidade, apresentar a Vossa Excelência os agradecimentos da Associação Brasileira de Odontologia, Seção da Guanabara, e a certeza de que tudo fará a seu alcance para que se faça justiça.

Respeitosamente. — Mário José Soares de Araújo, Presidente.

Da União dos Tesoureiros-Auxiliares do Brasil

Exmo. Sr. Dr. Senador Aurélio Viana — M.D. Senador da República:

Cumpre-nos, com prazer, apresentar a V. Exa. em nosso nome e em nome dos Senhores Diretores e Sócios da União dos Tesoureiros-Auxiliares do Brasil — "UNITAS" — os nossos sinceros agradecimentos pelo inestimável apoio e prestígio que V. Excelência emprestou à causa dos Tesoureiros, Tesoureiros-Auxiliares, Conferentes e Conferentes de Valores, quando da tramitação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei do Aumento de Vencimentos do Funcionalismo Público Federal, no atendimento dos seus justos anseios e legítimos interesses.

A V. Exa. consignamos a nossa gratidão e os nossos votos de um mandato pleno de êxito para o triunfo das causas que se inspiram na justiça, no devotamento ao trabalho e na solidariedade humana.

Subscrevemo-nos, cordialmente.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1963. — Eugênio Martins de Andrade, Presidente.

Da Fundação Carioca de Servidores Públicos

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1963.

Senhor Senador:

Tenho a satisfação e a honra de comunicar a V. Exa. que a Federação Carioca de Servidores Públicos, em reunião realizada a 19 deste mês, aprovou um voto de agradecimento aos parlamentares que apoiaram as reivindicações do funcionalismo na última campanha do aumento de vencimentos e o nome de V. Exa. merece, sem dúvida, especial destaque.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus votos de elevado apreço. — Atace Mendes Tavares, Presidente.

Da Associação dos Servidores do Instituto Brasileiro do Café

Brasília, 31 de julho de 1963.

Exmo. Sr. D.D. Senador Federal Aurélio Viana:

Nesta

Senhor Senador:

Servimo-nos da presente para, com súbila honra mas pedindo desculpas pela simplicidade da lembrança, fazer-lhe entrega de uma flâmula de nossa Associação representativa dos 6.500 funcionários do IBC., em serviço pelos 22 Estados do Brasil.

E pois, em nome de nossos companheiros, humildes funcionários autárquicos que o cumprimentamos e fazemos votos de que Vossa Exa., resistindo e lutando contra os ricos e poderosos, continue a defender os humildes e injustificados.

Muito obrigado Senador Aurélio Viana, muito obrigado pelo que conseguiu até aqui e muito obrigado pelo que ainda conseguirá. Pode estar certo o ilustre patriota, que não lhe faltará nosso decisivo apoio.

p. Associação dos Servidores do IBC. — Carlos Marinho de Oliveira — Amílcar Pereira da Silva.

Da Associação dos Guarda-Fios do Brasil

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1933.

Do Diretor de Divulgação da Associação dos Guarda-Fios do Brasil.

Ao Exmo. Sr. Dr. Aurélio Vianna — Ilustríssimo Senador da República:

A Associação dos Guarda-Fios do Brasil, Entidade que representa perto de 4.000 Guarda-Fios do Departamento dos Correios e Telegrafos, espalhados por todo o Território Nacional, sente-se no dever de expressar a V. Excelência, seu reconhecido agradecimento pela oportuna e humana emenda à Lei de Aumento do Funcionalismo a qual beneficia a Classe, com a criação do Nível 12, o qual foi injustamente vetado na Lei nº 3.780-60, deixando essa laboriosa Classe em um só nível, criando com isso um estado de sistimulo geral. É de notar Excelentíssimo Senhor Senador Aurélio Vianna, que ao Guarda-Fios compete construir, reconstruir e conservar as rede e instalações telegráficas de todo o Brasil, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, sendo ele portanto, um verdadeiro soldado da Segurança Nacional, embora anônimo mas, com relevantes serviços prestados à Pátria. Notando-se ainda, que são inúmeros os colegas que tombaram em pleno campo de sua silenciosa batalha, iluminado por descargas de alta tensão, sendo os mais recentes casos no nosso Estado da Guanabara, Estados da Bahia e Pará, sem que a nossa Classe seja-lhe concedido a gratificação por Risco de Vida, obrigando a Classe a bater às portas da Justiça.

Exmo. Sr. Dr. Aurélio Vianna esta Associação dos Guarda-Fios do Brasil, por seu Departamento de Divulgação, solicita que Vossa Exa., lhe remeta a integral da emenda apresentada no Projeto de Aumento do Funcionalismo, a fim de que possa torná-la pública, dando conhecimento a todos os seus associados por intermédio do nosso boletim de divulgação "A Percorrida."

Aproveitamos da oportunidade para em nome de uma grande Classe, representada por esta Entidade, agradecer a V. Exa., pelo fato patriótico e humano que praticou em benefício desta Classe. Aproveitamos ainda para pôr-nos ao vosso inteiro dispor, e reiteramos os nossos protestos de estima e admiração.

Respeitosamente. — José Maia Seixas, Diretor de Divulgação.

Do Instituto Brasileiro de Investigações Cardio-Vasculares (I.B.I.C.)

Rio, G.B., 19 de novembro de 1964.

Exmo. Sr. Senador Aurélio Vianna:

Senado Federal

Brasília, D.F.

Estimado Senhor Senador Aurélio Vianna:

Em nome dos médicos que integram e trabalham no IBIC envio nossos melhores agradecimentos pelo apoio precioso que Vossa Exa. deu a este Hospital, e que vai auxiliar a manter e ampliar a assistência cardiológica no País.

Aguardamos a honra da vossa visita, e assim ter a oportunidade de para relatar nosso programa de trabalho, que inclui desde o exame cardiológico até as mais complexas intervenções sobre o

coração e os grandes vasos

Atenciosamente. — Dr. Eládio Guertzenstein, Diretor.

Sr. Presidente, e manifestações idênticas chegam-me, em quantidade, de todo o Brasil. Continuei, depois do Senador da Guanabara, a ser nacional, porque a Guanabara é um dos Estados mais nacionais deste País — é o nosso Estado, é o Estado de todos os brasileiros. — Por que Estado de todos os brasileiros? Há ali um contingente de elementos de outros Estados que o caracteriza, que o faz, realmente, ser assim um tanto ou quanto mais agraçado por todos nós.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não estou falando para me justificar — todos me conhecem. Estou falando para a Guanabara. Nunca pensei ser candidato ao Governo da Guanabara, mas agora proclamo que, se for lançado, vou à luta não com mensagem revanchista, não com mensagem de ódio, mas com mensagem de paz, mensagem de harmonia, mensagem de fraternidade, autêntica, mensagem de quem deseja que o ódio desapareça daquela terra fabulosa, a nossa terra, a terra da guanabara. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

José Guimard
Edmundo Levi
Artur Virgílio
Eugênio Barros
Wilson Gonçalves
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
Silvestre Pêricles
Rui Palmeira
José Leite
Gilberto Marinho
Lino de Mattos
José Elias
Fúlio Müller
Gasão Müller — 15.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está presente no Senado o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, atendendo à convocação que lhe foi feita pelo Senado, em virtude do Requerimento nº 155, de 1965, aprovado na sessão ordinária de 25 de maio do corrente ano.

Designo os Srs. Senadores Daniel Krieger, Men de Sá e Aurélio Vianna para integrarem a Comissão que introduzirá S. Exa. no recinto. (Pausa.)

O requerimento que determinou a convocação de S. Exa., o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social estava assim formulado:

REQUERIMENTO Nº 155, DE 1965
Senhor Presidente:

Tenho em vista o disposto no art. 54 da Constituição e nos termos dos arts. 380 e 381 do Regulamento Interno, requero seja o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social convocado para comparecer perante o Plenário do Senado, a fim de prestar esclarecimentos sobre o problema do desemprego no País, especialmente:

— a sua incidência nos parques industriais dos Estados de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Guanabara, Pernambuco e outros Estados da Federação;

— as causas determinantes;

— as providências tomadas no sentido de acudir a situação e amparar os trabalhadores por ela atingidos.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

3. De acordo com a alínea d-1 do Regulamento, se o prazo ordinário da sessão não permitir que se conclua a exposição do Ministro de Estado, com a correspondente fase de

interpeleções, será prorrogada ou se designará outra sessão para esse fim.

4. Ainda de acordo com o Regulamento, o Ministro de Estado não poderá apartear ou ser apartado. Terminada a sua exposição, abrir-se-á a fase de interpeleção, por qualquer Senador, dentro do assunto tratado. Dispõe o interpeleante de dez minutos, sendo assegurado igual prazo para a resposta do interpeelado.

Acompanheço da Comissão designada, da entrada no recinto o Senhor Ministro Arnaldo Sussekind.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra S. Exa. o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social.

O SR. MINISTRO ARNALDO SUSSEKIND:

(Lê a seguinte exposição):

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Exmos. Srs. Senadores, cumprimento com satisfação a obrigação que me impõe o art. 54 da Carta Magna, ao atender, como Ministro do Trabalho e Previdência Social, a convocação de autoria do eminente Senador Vasconcelos Torres para prestar esclarecimentos sobre o problema do desemprego.

1. O problema da mão-de-obra e o desemprego

O trabalho humano, seja sob o primado da obrigação social, como estabelece o parágrafo único do art. 143 de nossa Constituição, seja sob o ângulo do direito individual, para garantir um nível satisfatório de vida, tal como está expresso no art. 15 da Carta de São Francisco, constitui, em todas as épocas, uma das maiores preocupações dos povos.

A luta pela sobrevivência e as planas visando ao bem-estar social regem, fundamentalmente, no esforço do homem para produzir sempre mais e melhor.

A medida que se impõe a maior distribuição da energia humana, como fator de produção, com o crescimento vegetativo e com o aperfeiçoamento da técnica, os problemas de ajustamento da mão-de-obra se tornaram mais difíceis e os conflitos para repor seu equilíbrio foram tentados, pela força ou pela inteligência, desde os primórdios da civilização.

Do trabalho servil, aceito como natural por Platão e Aristóteles, ao trabalho livre, com a garantia de direitos e da liberdade de escolha de profissão, consagrados na Declaração Mundial dos Direitos do Homem, a História tem registrado em suas páginas traços indeléveis de luta em busca da consecução desses objetivos.

O crescimento vegetativo acelerado dos povos em todas as áreas geográficas, a revolução industrial, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, a tecnologia e a automação, geraram problemas político-sociais, alterando velhos padrões da economia clássica e liberal para enquadrá-los em novos conceitos da economia, os quais foram substituídos os "controles invisíveis" dos mercados de mão-de-obra e de consumo, obedientes às leis naturais de oferta e procura, pelos "controles visíveis" do planejamento governamental das atividades econômicas.

É do conservantismo da direita ao totalitarismo esquerdista, do marxismo ao socialismo científico, passando pelos fascismos, intervencionistas e ideal-socialistas, a questão de mão-de-obra se enquadra sempre em posição relevante em todos os planos econômicos, sociais e políticos, interessando diretamente tanto aos

governos, como às comunidades empresariais e de trabalhadores.

As crises de desemprego, já existentes em pleno regime do liberalismo, devidas à super-produção e deterioração dos mercados de produção e consumo, foram agravadas com a introdução da "máquina", exigindo novas soluções jurídico-sociais para atenuar-lhe os efeitos. E hoje a "automação" e os novos inventos tecnológicos voltam a requerer outras medidas nos sistemas de organização e de proteção do trabalho para não afetarem sensivelmente a estabilidade social em países altamente industrializados.

Caracteriza-se, assim, o desemprego como uma contingência do progresso e suas crises cíclicas permanecem como uma constante de alerta para o planejamento governamental.

Se o problema é permanente ou periódico para os países de maior desenvolvimento, mais agudo se torna para os que ainda permanecem no estágio de sub ou em vias de desenvolvimento, onde a mobilidade da mão-de-obra sofre o influxo de outros fatores e pressões conjunturais, demográficas, culturais e sociais.

A composição da força ativa do trabalho nos países sub ou em vias de desenvolvimento, em relação com a sobrecarga da força inativa desproporcional, representa um ônus ponderável e um "handicap" à dinâmica do processo de desenvolvimento.

Há duas formas de desemprego — permanente e temporário — cujas causas se originam de diferentes circunstâncias.

O desemprego "permanente" — visível ou encoberto — depende da relação entre a força de trabalho, consideradas geralmente as pessoas com mais de 14 e menos de 60 anos de idade, e o "número" de empregos existentes.

Tres aspectos são fundamentais para sua caracterização:

- 1) população ativa, ou força de trabalho e sua taxa de crescimento;
- 2) localização da população ativa e direção de seu crescimento para as zonas urbanas ou rurais;
- 3) capital existente e orientação dos investimentos nas atividades setoriais, rurais e urbanas.

O desemprego "temporário" ocorre pela redução transitória da oferta de empregos, motivada por variações estacionais, cíclicas ou aleatórias da atividade econômica. Por seu turno, condições climáticas adversas e fatores sócio-econômicos, decorrentes de condições especiais, principalmente, de fundo político, geram, também, desemprego temporário.

Subemprego

A existência de subemprego se revela quando a transferência de fatores para atividades secundárias e terciárias apresenta um custo social muito baixo ou quase nulo.

Em geral, mais grave e mais vasto que o problema do desemprego, manifesta-se o subemprego em larga escala na agricultura e em algumas atividades urbanas, nos países que não atingiram grau de desenvolvimento suficiente.

Na IX Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, realizada pela OIT, em Genebra, em 1967, foram estabelecidos os seguintes conceitos para o subemprego, considerados em seus dois aspectos — visível e invisível:

o Subemprego visível — que se traduz pela duração do tempo inferior ao normal, caracterizado pelo trabalho por tempo parcial, involuntariamente;

o Subemprego invisível — característico do trabalho realizado por

pessoas para as quais a duração do trabalho é anormalmente reduzida, mas cujos ganhos são anormalmente baixos; ou que ocupam um emprego que não permite a plena utilização de suas capacidades ou de suas qualificações (fenômeno designado também por *subemprego encoberto*; ou, ainda, que exercem sua atividade em estabelecimentos ou unidades econômicas cuja produtividade é normalmente reduzida (fenômeno designado por alguns, como *subemprego potencial*).

2. O desemprego na conjuntura internacional

O problema do desemprego é de caráter universal e atinge a todos os países. Geralmente, de aspecto "temporário", seja por motivos de desajustes estruturais da economia, seja por motivos de guerras ou calamidades, o fenômeno aparece em todas as épocas.

Muito frequentemente nos países desenvolvidos, o desemprego estrutural tem sua origem nos impactos que sofre a economia, especialmente, quando é altamente industrializada, com o progresso tecnológico que tanto libera mão-de-obra como provoca superprodução, causadora do recasso.

Exemplo típico foi observado nos Estados Unidos, quando, após a guerra, foram registrados quatro ciclos econômicos, com o máximo de desemprego de 6% a 7% da força do trabalho: em outubro de 1949, agosto de 1964, abril de 1958 e fevereiro de 1961 ("Emprego y Progreso Económico", da OIT, Genebra, 1964, pg. 23).

Ainda, segundo a mesma fonte de informação: "O desemprego tendeu a aumentar bruscamente, sem nenhuma expectativa de diminuir o nível de produção, tendo chegado a um ponto máximo quase ao mesmo tempo que a recessão. Em períodos de recuperação, o desemprego tendeu a continuar nos níveis máximos até vários meses depois de haver começado a aumentar a produção. Ademais, o nível de desemprego, persistente quando a recuperação chegava ao máximo, tendo sido mais elevado em cada recuperação sucessiva".

A taxa média de desemprego nos Estados Unidos que, no quinquênio 1953/1957 fora de 4,3%, atingiu 6,8% em 1958 e 6,7% em 1961, com média superior a 5,5% nos outros anos até 1963.

Na República Federal da Alemanha, o desemprego que havia atingido a taxa de 10% da força ativa do trabalho, em 1950, dez anos depois havia praticamente desaparecido.

Na Itália a recuperação foi menos notável, permanecendo as taxas de desemprego entre 3% e 4%, apesar do afluxo de investimentos externos e dos benefícios oriundos do Tratado de Roma (Mercado Comum Europeu), de 1957.

Na França, Grã-Bretanha, Suíça, Suécia e Holanda, assim como no Japão, Austrália e Nova-Zelândia, as taxas têm-se mantido abaixo de 3%, desde 1950.

Nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, além da carência de estatísticas sistematicamente elaboradas e de informes de índices comparáveis, o problema oferece outros aspectos e se apresenta não só no caráter "temporário", por motivos de desajustes estruturais ou conjunturais, mas com as características, quase freqüente, do desemprego "permanente", dado o grande volume de oferta de mão-de-obra disponível da atividade primária e o número limitado de colocações em outras atividades, considerando-se ainda o despreparo cultural para o acesso ao trabalho que exige melhor aperfeiçoamento.

Essa defasagem entre a oferta de mão-de-obra e o número de empregos ainda se agrava anualmente com o incremento populacional lançado ao mercado de trabalho, que na América Latina está, em média, acima de 2,5% e no Brasil atinge a 3,1%.

Releva ponderar, outrossim, que todos os países vitimados pelo mal da inflação, ao aplicarem seriamente os planos de combate ao processo inflacionário, registraram o agravamento dos seus índices de desemprego. Por exemplo: no Japão a taxa de desemprego chegou a atingir 10%; no Chile, esse nível alcançou a 18%.

3. O desemprego na conjuntura nacional

Além das crises sociais e políticas, embalsadas pela inflação galopante que minou, nos últimos anos, toda a energia que devia ser empregada em seu desenvolvimento, bem como os desastrosos políticos de tendência suverberna que deterioraram sua estrutura administrativa, devem ser considerados, em nosso país, outros fatores que, de longa data, vêm minando a instabilidade do mercado de mão-de-obra.

Em primeiro lugar, vale anotar a origem histórica dos ciclos econômicos — ciclo do pau-brasil, da cana de açúcar, da borracha, da mineração, do café e da industrialização — cuja intermitência tem causado permanente mobilidade de mão-de-obra horizontal e vertical, marcando uma constante no problema do desemprego e subemprego ao término de cada período. A extensão geográfica e a coexistência de vários estágios de economia, desde a subdesenvolvida, no norte e nordeste, à de relativamente alto desenvolvimento, no sul do país, promovem o "rush" dos fatores humanos de produção, nas épocas sazonais, agravadas pelas causas climáticas e cíclicas — seca do nordeste — compelindo a migração em massa para outras regiões. Durante a última guerra dois grandes movimentos contribuíram para aumentar essa instabilidade: a migração para a Amazônia, na "batalha da borracha" quando, cessado o financiamento dos acordos, redundaram no retorno desordenado dos trabalhadores; e, de outro lado, o florescimento de indústrias marginais, beneficiadas pela ausência de importação, cujo desaparecimento após a reabertura do mercado internacional, não suportando a competição, causou desemprego.

Acrescente-se a este quadro a anarquia administrativa causadora do desmantelamento de órgãos do serviço público, propositalmente relegados a plano secundário e desviados de suas finalidades, como por exemplo, os Escritórios de Colocação do extinto Departamento Nacional de Imigração e as Hospedarias que atendiam, de modo satisfatório, às migrações internas, transformados em autarquias, incorporados a SUPRA, do Infeliz memória, e, agora, em fase de retorno ao Ministério do Trabalho, por força da Lei que estabeleceu o Estatuto da Terra, porém, em precárias condições de funcionamento, com a rede de prédios e instalações inteiramente abandonadas e em ruínas.

Finalmente, a demagogia tendenciosa, lastreada numa pretensa Reforma Agrária, impingida por órgãos espúrios, através dos quais se fomentou um sindicalismo rural subversivo e inautêntico, criando um clima des-

favorável à absorção de mão-de-obra no campo, especialmente, no interior de São Paulo e do Paraná, onde os fazendeiros, atemorizados, deixaram de aproveitar, como habitualmente o faziam antes, o contingente de trabalhadores migrantes da estação sazonal e que representava, anualmente, o emprego para milhares de nordestinos, hoje ao abandono nos centros urbanos.

4. Conjuntura atual do desemprego e subemprego

As diferentes regiões do país apresentam graus de desenvolvimento diversos — desde o subdesenvolvido, com renda "per-capita" abaixo do nível dos países altamente industrializados, como na região sul — o que faz com que o desemprego tenha o caráter de estrutural e conjuntural, ou ambos simultaneamente, de vez que a mobilidade dos fatores de produção, v.g. o da mão-de-obra, é mais intenso, no sentido horizontal — extensão geográfica — seja no vertical, com a busca de atividade nos setores secundários ou de serviços, quando tal afluxo se estrangula na deficiência cultural e de falta de formação profissional para atender aos reclamos da técnica necessária à industrialização.

Dessa forma, o problema do desemprego, em seu aspecto "estrutural" e "permanente", não apresentou alterações sensíveis, além das que normalmente ocorrem nos diferentes meses do ano, na maioria dos setores de atividades. Como efeito, há sempre flutuações transitórias entre a oferta e a procura, nos diversos meses, pois, no princípio do ano o índice de desocupação é sempre maior que a média anual, ocorrendo o inverso aos últimos meses, de mais intenso comércio e produção, com a proximidade das festas natalinas.

Já o desemprego "conjuntural", sobretudo em alguns setores industriais, sofreu os reflexos da execução do "Plano de Ação Econômica do Governo" (1964/1966), o qual foi elaborado e adotado com a principal finalidade de conter o processo inflacionário e retomar o ritmo de desenvolvimento com estabilidade econômica.

Cabe, neste passo, um parêntese, para recordar que, enquanto a taxa de inflação passava de 43,2% ao ano em 1961, para 55,3% a.a. em 1962 e para 80% a.a. em 1963, previa-se que, com o aumento de 25% nos preços, apenas no primeiro trimestre de 1964, chegasse ao final de 1964 com uma taxa de 144%. Em contrapartida a taxa de crescimento do P.I.B. per-capita declinou de 4,1% em 1961, para 2,3% em 1962, apresentando-se negativa (- 1,8%), em 1963.

O caos provocado pela rápida desvalorização da moeda, pela estagnação da economia brasileira, pelo clima político pré-existente, e pela desorganização administrativa do Setor Público, frustraram qualquer esforço imediato de recuperação do desenvolvimento. Foi necessário, portanto, implantar um esquema de providências destinadas a restabelecer a ordem no quadro brasileiro. Para o combate à inflação, que era o problema central, estabeleceu-se uma estratégia, que se desdobrou em três etapas: correção dos preços relativos, desinflação e retorno ao equilíbrio relativo dos preços. Dentro desta estratégia, a elevação de preços nos meses de maio a dezembro de 1964 e que se prolongou até março de 1965 (mes em que entrou em vigor o novo salário mínimo), deve ser compreendida como a fase corretiva, apesar da desaceleração que já se processava. A partir de abril de 1965, tendo as au-

toridades assumido o controle geral da conjuntura, tem início a fase de desinflação, tendo as taxas de aumento do custo de vida baixado para 3,9% em abril, 2,9% em maio, 1,8% em junho e 2,8% em julho. Resulta daí que, enquanto de janeiro a julho de 1964 o aumento do custo de vida atingiu a 50,9%, o aumento ficou reduzido para 32,9% no mesmo período em 1965, influenciado ainda pelos meses restantes (janeiro a março), pelo final da fase corretiva.

O programa de combate à inflação, executado com seriedade e continuidade pelo Governo Federal, afetou, de certo modo, o problema do desemprego, principalmente na fase em que muitos comerciantes e industriais se convenceram de que não mais poderiam "jogar" com a permanente elevação dos preços, acumulando estoques exagerados e desnecessários de produtos industrializados. Assim, parte do comércio suspendeu, transitoriamente, suas encomendas e a indústria, nessa mesma oportunidade, teve de reduzir sua produção, despedindo, em consequência, muitos empregados.

Configurou-se, portanto, um desemprego conjuntural e setorial, resultante da mudança de atitude de muitos empresários, denominada pelo Ministro Roberto Campos, com muito acerto, "reversão da expectativa". Mas nessa reversão prevalece, sem sombra de dúvida, um aspecto marcadamente positivo, porquanto motivou as "liquidações" de estoques comerciais com preços sensivelmente abaixo daqueles que só poderiam vigorar na fase de evolução inflacionária, delimitando o lucro justo do empresário e criando-lhe a mentalidade indispensável à estabilização econômica. Por sua vez, fluído o período das liquidações, retomou o comércio a normalidade dos seus pedidos à indústria, não mais em bases artificiais, mas em consonância com as necessidades do mercado consumidor.

Esse desemprego conjuntural, que teve sua fase mais grave nos meses de abril a junho do corrente ano, e que atingiu, basicamente, apenas alguns setores da indústria, foi ainda impulsionado pela necessidade que teve o Governo Federal de restringir e selecionar o crédito de índole inflacionário, o qual propiciava empreendimentos artificiais, ou realizados sem correspondência com as possibilidades do mercado consumidor.

Demais disto, apesar da ação compreensiva, por parte da maioria dos empresários, da política de estabilização econômica em que o Governo Federal está empenhada, e que colaboram com essa obra suportando, ao lado dos seus empregados, o sacrifício que se lhes exige para salvar o Brasil, há, infelizmente, certa minoria que, tendo vegetado e prosperado à sombra da especulação inflacionária e do lucro fácil, procura exarcebar a crise, pressionando indiretamente o Governo, a fim de pagar a cota do sacrifício que lhe caberia, à custa do desembolso de seus empregados, quer fazendo fraudulentamente, quer recorrendo ao desemprego em massa e até encerrando simplesmente e de forma criminosa suas empresas, deixando, do dia para a noite, ao inteiro desamparo milhares de trabalhadores, a maioria dos quais com longos anos de serviço, tal como ocorreu com uma fábrica no Estado da Guanabara, de propriedade de um indivíduo que teve seus direitos políticos cassados pela Revolução.

A falta de indicadores da conjuntura — dados completos sobre produção, venda, mercado de trabalho, etc. — torna difícil medir a recessão atinente ao problema em foco e exige

cantela na análise dos elementos disponíveis. É inquestionável, todavia, que, à exceção de Pernambuco, onde o desemprego e, sobretudo, o subemprego correspondem a sintomas estruturais, a recessão ocorrida foi de caráter nitidamente setorial e se revela episódica, graças às providências já adotadas. A essa conclusão poder-se-ia chegar, sem dúvida, pela simples consideração de que os setores industriais de produção de equipamentos e de bens alimentícios apresentaram, em muitos locais, aumento da mão-de-obra empregada; o número de trabalhadores no comércio, contribuintes do IAPC, acusa flutuação favorável, tendo passado de 753.196 em julho de 1964 a 772.462 em março de 1965, segundo os registros alusivos à arrecadação do salário-família; e em várias regiões de atividades rurais há carência de mão-de-obra, a espelhar o desenvolvimento da agricultura após a Revolução de 31 de março de 1964, já objetivado no crescimento das safras do corrente ano.

Se tomarmos para exemplo a capital de São Paulo — face à sua grandeza industrial — verificaremos que os dados colhidos pelo Departamento de Cadastro, Documentação e Informações da FIESP e da CIESP revelam que em 15 setores industriais, com 342 estabelecimentos fabris, podem ser apontados os seguintes registros:

a) possuíam 93.350 empregados em dezembro de 1964; 91.724 em abril de 1965; 86.303 em junho e 85.937 em julho. Considerando que o mês de dezembro não pode servir de cotejo, pois apresenta sempre maior número de empregados do que nos outros meses, fácil será concluir que entre abril e junho, como resultado da já mencionada "reversão da expectativa", agravou-se o desemprego setorial; mas com a liquidação dos estoques antes acumulados, estancou o desemprego, eis que foram dispensados no mês de julho apenas 365 trabalhadores em 342 estabelecimentos, o que é normal e rotineiro;

b) sete dos quinze setores pesquisados (indústria química e farmacêutica, gráfica, artefatos de borracha, brinquedos e instrumentos musicais, extrativas, joalheria e lapidação e diversos, entre os quais transportes e comunicações) apresentaram aumento de empregados entre os meses de junho e julho deste ano;

c) a indústria de alimentação registrou, em julho deste ano, maior número de trabalhadores do que em dezembro de 1964, que é o mês-pico e não deve, por isto, servir de confronto.

Outra pesquisa realizada no setor industrial paulista pelo SIESI, abrangendo 297 empresas, ressalta que o número de empregados caiu de 134.045 em fevereiro para 133.045 em abril e 124.480 em junho deste ano, corroborando, destaarte, a conclusão de que o problema de desemprego se tornou mais acentuado entre os meses de abril a junho.

No que tange aos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano — os quais produzem juntamente com o de São Paulo o maior volume dos bens industriais brasileiros — recente pesquisa levada a efeito pela Associação dos Economistas de Santo André assinalou a percentagem de desemprego de 17% entre maio e junho com um decréscimo de 22.065 para 71.840 operários, num total de 150 estabelecimentos. E já em maio de julho, graças às medidas adotadas pelo Governo Federal, sobretudo nos setores de bens alimentícios e dos aparelhos eletrodomésticos, ocorreu não só o estan-

camento do desemprego, mas até o início da absorção de parte da mão-de-obra despedida.

Releva ponderar que no ano de 1964 não houve em São Paulo e no ABC o anunciado desemprego industrial, tendo a Comissão interministerial designada para estudar a questão concluído que das 708 empresas pesquisadas, com um total de 182.683 empregados, houve um incremento de 5% na mão-de-obra; 239 conservaram mais ou menos estável o número de empregados; 275 aumentaram os seus quadros de pessoal e 194 reduziram esse número. Destas últimas, 99 adotaram essa providência por necessidade diminuir a produção, 23 por modernização da maquinaria, 16 por motivo de redução de crédito e 35 por outras razões.

No Estado de Minas Gerais, o Conselho Econômico da Federação das Indústrias revelou, igualmente, após coletar dados em 250 estabelecimentos fabris de vários pontos do respectivo território, que, de maio de 1964 a maio de 1965, o número de empregados havia baixado apenas de 54.957 para 55.593. E, para evidenciar a setorialidade do fenômeno, decorrente dos fatos e mudança de atitude já ressaltados nesta exposição, cabe acentuar que, no período de junho de 1964 a março de 1965 o número de segurados do IAPC subiu de 56.490 para 56.923.

No Estado da Guanabara o desemprego atingiu, de forma menos sensível, alguns setores, sendo que as mais importantes categorias industriais registravam em maio de 1965, em relação ao índice 100 para o mês de dezembro de 1964, os seguintes índices:

— Metalúrgica	94,9
— Mecânica	99,2
— Química	96,3
— Farmacêutica	93,7
— Perfumarias	97,6
— Têxteis	100,5
— Produtos alimentares	88,6
— Bebidas	106,8
— Gráfica	102,1

E também na Guanabara o número de empregado do comércio cresceu de 181.457 em dezembro de 1964 para 206.694 em julho de 1965.

Qualquer apuração concernente a desemprego setorial e transitório não oferece, porém, luz para a análise do problema em termos globais ou mesmo regionais, pois não leva em conta a absorção, ainda que parcial, da mão-de-obra despedida.

Ora, mesmo no Estado de São Paulo cresceu o número de empregados no comércio, de 238.656 em junho de 1964 para 251.610 em março de 1965, enquanto que nos meios rurais não há reclamações quanto à falta de emprego.

No Estado de Pernambuco a crise de desemprego e subemprego tem caráter estrutural e constitui um mal cíclico e crônico, agravado nos períodos de entre-safra da lavoura canavieira, a qual representa a base da sua economia. Não obstante as medidas até hoje adotadas pelo Instituto do Alcool e do Açúcar, certo é que a baixa produtividade da agro-indústria açucareira de Pernambuco torna impossível a concorrência com a produção de outras regiões. E as crises oriundas desse setor assumem maior relevância por o fato de predominar no Estado nordestino a monocultura extensiva da cana, por vezes com características latifundiárias, ao lado de um minifúndio de subsistência de baixa produtividade, ambos incapazes de absorverem a mão-de-obra disponível em regime de pleno emprego.

Foi atendendo a essas circunstâncias que o Governo Federal resolveu con-

siderar o Estado de Pernambuco como zona prioritária para implantação da reforma agrária democrática, social e econômica, cujas diretrizes e disciplinações foram consubstanciadas no Estatuto da Terra. As providências que estão sendo estudadas e adotadas, em conjunto, pelos Ministérios da Indústria e Comércio, dos Organismos Regionais e do Trabalho e Previdência Social, com a participação do IBRA, do IAA, da SUDENE e do INDA, visando a solução de diversas questões sociais e econômicas no Estado de Pernambuco, atenuam ou resolvem, temporariamente, alguns problemas. Somente, porém, a reforma agrária, cuja execução já foi iniciada pelo IBRA, poderá alterar a estrutura sócio-econômica do nordeste, terminando em consequência as crises cíclicas e estruturais.

5. Medidas adotadas para estancar o desemprego setorial

Tão logo o Ministério do Trabalho e Previdência Social registrou os sintomas de desemprego oriundo da redução da demanda do comércio à indústria, encaminhei a Sua Excelência o Senhor Presidente da República a Exposição de Motivos nº 139, de 20 de abril do corrente ano, com a qual sugeri a adoção de algumas providências, a par das que já estavam sendo aplicadas, com finalidade de atenuar e, em seguida, estancar o desemprego setorial. Sua Excelência reuniu imediatamente o setor econômico e social do Ministério e, após aprofundado debate e exame dos planos em execução e de seus atuais resultados, determinou a seguinte linha de ação:

a) abertura de novas frentes de trabalho;

b) concessão de financiamentos e créditos, dentro dos critérios seletivos, aos setores mais necessitados;

c) alívio de medidas tributárias para permitir a ampliação do mercado de consumo, inclusive financiando o próprio consumo, para minorar o processo de alguns setores;

d) antecipação de investimentos públicos, dentro do plano orçamentário de contenção, para incentivo da produção;

e) reaparelhamento de órgãos administrativos, para atenderem, em caráter permanente, ao problema da mão-de-obra;

f) finalmente, a constituição de grupos de trabalho para estudar as providências que dependessem de legislação especial a ser encaminhada ao Congresso, visando a solução a médio e longo prazo do problema do desemprego.

Mesmo tendo em conta que os recursos transferidos ao setor governamental pelo Plano de Ação só estariam disponíveis no meio do ano orçamentário que a reforma tributária só iria sentir seus efeitos, com a arrecadação, algum tempo após o início de execução do plano; e, também, que as disponibilidades de créditos concedidos pelos órgãos de financiamento internacionais, para aliviar a carga dos investimentos governamentais, teve um período de carência necessário a que o país recuperasse a confiança desses organismos, abalada pelas administrações anteriores, o Governo esforçou-se para aliviar a situação de emergência, adotando providências imediatas, dentro da mencionada linha de ação.

Dentre as medidas postas em prática no corrente exercício para vitalizar os setores capazes de absorverem, imediatamente, a mão-de-obra disponível, cumpre destacar as seguintes:

a) foram concedidos à produção nacional de veículos automotores bonifícios fiscais com a redução do imposto de consumo, nos meses de junho a setembro, decrescivamente de 90% a 25%. A redução de tributo be-

neficiou, diretamente, o consumidor mediante abatimento correspondente ao preço de venda final do veículo. Ao mesmo tempo, foi instituído sistema de financiamento para aquisição de automóveis de passageiros do tipo popular e baixo preço, através das Caixas Econômicas Federais que, para tal fim, receberam depósitos, a juros favoráveis para a Previdência Social, de parte da sua reserva técnica que se encontrava no Banco do Brasil, bem como parcela consignada no Orçamento da República como contribuição da União à Previdência Social;

b) foram, igualmente, beneficiadas as indústrias de eletrodomésticos com a mesma redução de tributos que importou em vantagem direta para o consumidor em face da correspondente diminuição no preço do produto final;

c) foram autorizados empréstimos especiais destinados à aquisição de tratores agrícolas, máquinas agrícolas e seus implementos, quando de fabricação nacional, para pagamento em 1 ano, desde que os respectivos fabricantes tenham aderido, ou venham a aderir, ao esquema de estabilização de preços, previsto na Portaria 11, de 23 de fevereiro de 1965;

d) foi concedido à indústria de construção civil redução dos ônus fiscais sobre rendimentos relacionados com investimentos em imóveis, além de ter o Governo Federal concluído projeto de lei criando novos estímulos à construção na casa própria, em complementação ao sistema resultante da Lei instituidora do Banco Nacional de Habitação;

e) o Banco Nacional de Habitação estimulou a criação da Companhia de Habitação Popular no Distrito Federal para a construção de 10.000 unidades habitacionais em Brasília, cumprindo destacar que o início dessas obras absorveu todo o operariado desempregado nesta Capital. Outrossim, com a criação de 30 companhias de habitação popular em todo território nacional, o BNH proporcionará, até o final deste ano, emprego para 167.000 operários computando-se neste cálculo os que trabalham na construção civil, em mão-de-obra de construção e de transportes. Atualmente, estão em pleno funcionamento 19 cooperativas habitacionais executando a construção de 36.000 casas, em vários pontos do território nacional, sobretudo nas zonas em que existe maior disponibilidade de mão-de-obra desqualificada;

f) foram concedidos subsídios financeiros à indústria têxtil e à agro-indústria do açúcar, setores nos quais havia maior incidência da recessão;

g) até julho do corrente ano o FINAME (Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais) aprovou 1.593 propostas, concedendo empréstimos no total de 11 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, enquanto que o FUNDEC (Fundo de Desenvolvimento do Capital das Empresas) concedeu empréstimos no valor de 20 bilhões de cruzeiros. Por sua vez, o FIPEME (Financiamento da Pequena e Média Empresa) estudava presentemente cento e quarenta projetos, tendo já concedido subsídios financeiros, apesar de ter iniciado, recentemente, suas operações;

h) a Coordenação Nacional do Crédito Rural, até 31 de julho de 1965, concedeu empréstimos rurais e para fertilizantes no valor de 7 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, num total contratado de 11 bilhões e 600 milhões de cruzeiros.

Des recursos financeiros programados no orçamento do corrente exercício, foram utilizados, no primeiro semestre, a revelar o incremento de

obras públicas propiciadoras de emprego, as seguintes verbas correspondentes aos setores abaixo relacionados:

	bilhões
a) Energia Elétrica	204,2
b) Petróleo	14,9
c) Rodovia	222,2
d) Agricultura	46,6
e) Saúde e Saneamento ..	59,0
f) Valorização Regional ...	53,9

Dentre as obras do Plano Rodoviário Nacional, as quais concorrem substancialmente para o aproveitamento de mão-de-obra desqualificada, cumpre destacar a abertura das seguintes frentes de trabalho:

- Segunda pista da Rodovia Presidente Dutra;
- Construção da BR-31, que liga a cidade de Vitória a importantes áreas de produção na região central do país;
- Ligação Rio-Bahia, pelo litoral, vinculando, em novo traçado, o Estado da Guanabara aquela unidade da federação;
- Melhoramentos e pavimentação de vários trechos da BR-11 que vinha pelo litoral, diversas capitais de Estados nordestinos;
- Construção da BR-22, que liga o Ceará a Belém do Pará;
- Ligação Curitiba-Pôrto Alegre, pelo litoral e de Pôrto Alegre a Uruguaiana, na fronteira Argentina;
- Pavimentação da BR-35, que atravessa o Estado do Paraná na direção da Foz do Iguaçu.

Cabe acentuar, nesta oportunidade, que a ampliação e melhoria do sistema rodoviário brasileiro, além do trabalho executado nas próprias estradas, através de empreitadas, incrementa fortemente a venda de máquinas e equipamentos fornecidos pela indústria nacional.

No campo da energia elétrica, vale registrar a existência e ampliação, dentre outras, das seguintes frentes de trabalho:

- conclusão da Usina de Furnas, com mais duas unidades de 150 Kw cada uma;
- construção da Usina de Estreito, localizada a 120 quilômetros da Usina de Furnas, na confluência dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro;
- complementação ou construção das seguintes Usinas:
Na Região Centro-Sul — Usina de Urubupungá, Xavantes, Bariri, Caraminha, Suica, Funil e das Usinas Térmicas de Santa Cruz e Campos;
Na Nordeste — Usinas de Boa Esperança e Paulo Afonso;
Na Centro-Sul — Usinas da Cachoeira Dourada e Mimoso;
Na Sul — Usinas de Capivari, Cachoeira e Usinas Térmicas de Sotelo e Alegrete;
Na Norte — Ampliação da Usina Termo-Elétrica de Belém do Pará.

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento intensificou suas atividades a partir de junho deste ano em obras de abastecimento d'água, serviços fluviais, dragagem, barragens e escavações mecânicas em bacias de rios, canalizações, sistemas de esgoto, em vários Estados, dentro do programa setorial do segundo semestre, num total de 51,829 bilhões de cruzetiros.

O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis vem empreendendo o melhoramento e a expansão de 23 portos orgânicos e de pequenos portos entrecarregados, equipando-os para elevar a capacidade de exportação, com o que, só na Guanabara, fica a atingir a capacidade de exportação de 5 milhões de toneladas anuais.

A programação total para 1965 em investimentos nos portos é de 33,315 bilhões, sendo destes 19,5 bilhões do Fundo Portuário Nacional, 11,5 bilhões do Fundo de Melhoramentos dos Portos e 3 bilhões do Orçamento para 1965.

Finalmente, releve ponderar que o Poder Executivo conclui presentemente, a elaboração de Projeto de Lei objetivando instituir, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, o registro permanente de mão-de-obra, com dados alusivos a emprego, subemprego e desemprego. Para tal fim, cogita dividir o atual Departamento Nacional de Emprego e Salário, ora absorvido com as questões pertinentes à política salarial, em dois órgãos, um dos quais destinado, exclusivamente, aos problemas de mão-de-obra. O mesmo Projeto de Lei, sobre o qual Sua Excelência o Senhor Presidente da República ouvirá, nos próximos dias os Presidentes das Confederações nacionais de empregadores e de trabalhadores, adotará medidas visando a ativar a absorção de parte da mão-de-obra desempregada e instituirá um sistema de assistência financeira aos desempregados, em cumprimento ao preceituado no item 15 do artigo 157 da Constituição Federal.

Estas, S. nhores Senadores, as considerações e informações que, a meu ver, parecem atender à solicitação desta Egrégia Casa do Congresso Nacional, sobre o complexo problema do desemprego, máxima na atual conjuntura.

Conforme se pode inferir dos conceitos aduzidos e esclarecimentos prestados, excetuada uma região onde o desemprego e o subemprego resultam de causas estruturais e remotas, configurou-se, realmente, no período de abril a junho do corrente ano, o incremento dos índices de desemprego em alguns setores da produção — surto que evidenciou, a partir de julho, inquestionável declínio e parcial recuperação. E isto se deveu graças às medidas de emergência prontamente adotadas pelo Governo Federal e, bem assim, ao prosseguimento dos planos anteriormente estabelecidos visando a retomada do ritmo de desenvolvimento com estabilidade, sem o que as próprias normas jurídicas de proteção ao trabalho perdem em substância e eficácia social. — (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

A SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA (INTERPELAÇÕES E RESPOSTAS) FOI ENTREGUE, PARA REVISÃO, AO SR. MINISTRO ARNALDO SUSSEKIND E SERÁ PUBLICADA POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — Vou encerrar a sessão, lembrando aos Srs. Senadores que, hoje, às 21 horas e 30 minutos, estará reunido o Congresso Nacional para apreciação de veto presidencial.

Designo para a sessão de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 3 de setembro de 1965

(SEXTA-FEIRA)

— 1 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 1964

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1964, de autoria do Sr. Senador Caltete Pinheiro, que assimila ao crime de contrabando ou descaminho o deslocamento do café, no território nacional, de-

sacompanhada da documentação exigida pelo Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências (aprovado em 1º turno na sessão de 10 de agosto de 1965, tendo pareceres, sob nº 1.057, de 1965, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido para o segundo turno.

— 2 —

REDAÇÃO FINAL — EMENDAS DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 39, DE 1964

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.054, de 1965, das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1964 (nº 1.652-B-60 na Casa de origem), que modifica os artigos 1º e 13 do Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aproveitamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis e autárquicos federais no estrangeiro, e dá outras providências.

— 3 —

REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6-55

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.055 de 1965, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1965 (nº 200-A-44 na Câmara dos Deputados), que aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara, México, a 18 de setembro de 1951.

Está encerrada a sessão.

(Levantar-se a sessão às 18,45 horas).

TRECHO DO DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR VIVALDO LIMA, NA SESSÃO DE 30 DE AGOSTO DE 1965, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO, DO "DIÁRIO DO CONGRESSO", DE 31 DE AGOSTO DE 1965, À PÁGINA 2.880.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que, em uma lei da República não venha a figurar um anglicismo — expressão sóa até desagradavelmente — envio a V. Exa. emenda de redação que desejo seja examinada pela Comissão específica, a fim de ver se, realmente, ela tem cabimento ou pertinência.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 91 DE 2 DE SETEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve, nos termos do artigo 208 da Resolução nº 6, de 1960,

suspender por cinco (5) dias Rafaelito da Rocha Moura, Auxiliar de Limpeza, PL-15, por falta de exatidão no cumprimento do dever.

Secretaria do Senado Federal, 2 de setembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 48ª REUNIÃO REALIZADA AOS 14 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 1965

(EXTRAORDINÁRIA)

As duas horas e quarenta minutos do dia quatorze do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência eventual do Senhor Senador Edmundo Levi (de acordo com os artigos 76, alínea b, e 81, § 3º, do Regimento Interno), presentes os Senhores Senadores Eurico Rezende e Lobão da Silveira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dix-Huit Rosado, Presidente, Antônio Carlos, Vice-Presidente, Josaphat Marinho, Walfrido Gurgel e Sebastião Archer.

A Comissão aprova a ata da reunião anterior que é lida pela Secretária.

A Comissão aprova, nos termos do artigo 76, § 3º, nº 3, e § 4º, do Regimento Interno, o parecer em que o Senhor Senador Eurico Rezende apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1965 (nº 226-B-65, na Casa de origem), que aprova o Acordo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 49ª REUNIÃO REALIZADA AOS 14 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 1965

(EXTRAORDINÁRIA)

As dezoito horas e vinte minutos do dia quatorze do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Feliciano e Sebastião Archer.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Dix-Huit Rosado, Presidente, Walfrido Gurgel e Josaphat Marinho.

A Comissão aprova a ata da reunião anterior que é lida pela Secretária.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Sebastião Archer apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1965 (nº 2.956-65, na Casa de origem) que estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional número 14.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 50ª REUNIÃO REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 1965

(EXTRAORDINÁRIA)

As dezesseis horas do dia quinze do mês de julho do ano de mil nove-

centos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a presidência eventual do Senhor Senador Sebastião Archer, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dix-Huit Rosado, Presidente, Antônio Carlos, Vice-Presidente, Walfredo Gurgel e Josaphat Marinho.

A Comissão aprova a ata da reunião anterior, que é lida pela Secretária.

A Comissão aprova, de acordo com o § 3º, nº III, e § 4º do art. 76 do Regimento Interno, os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações:

1) relator Lobão da Silveira.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1964 (número 15-A-88, na Casa de origem), que aprova o Acordo para o Estabelecimento de uma Missão Militar Norte-Americana no Brasil, concluído em Washington a 29 de julho de 1948;

2) relator Edmundo Levi.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1965 (número 224-B-65, na Casa de origem), que modifica o art. 6º do Decreto Legislativo nº 19, de 12 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 51ª REUNIAO REALIZADA AOS 4 DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE 1965

As dezesseis horas do dia quatro do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência eventual do Senhor Senador Josaphat Marinho, presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi e Lobão da Silveira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dix-Huit Rosado, Presidente, Antônio Carlos, Vice-Presidente, Sebastião Archer e Walfredo Gurgel.

A Comissão aprova a ata da reunião anterior, que é lida pela Secretária.

A Comissão aprova de acordo com a alínea I do § 3º do artigo 76 do Regimento Interno, o parecer em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a editar as obras completas de Lúcio de Mendonça, e dá outras providências, e o em que se manifesta pelo arquivamento dos Projetos de Resolução números 72, 79 e 95, de 1964.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 52ª REUNIAO REALIZADA AOS 5 DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE 1965

(EXTRAORDINÁRIA)

As dezesseis horas do dia cinco do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Josaphat Marinho, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Edmundo Levi.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Sebastião Archer.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Lobão da Silveira apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 1965, que suspende, em parte, a execução

da Lei nº 3.123, de 31 de outubro de 1962, do Estado de Santa Catarina.

Aprova-se, ainda, o parecer em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1965 (nº 2.899-E-65, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e escolas Técnicas Federais.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 53ª REUNIAO REALIZADA AOS 6 DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE 1965

(EXTRAORDINÁRIA)

As quinze horas do dia seis do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência eventual do Senhor Senador Josaphat Marinho presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi e Lobão da Silveira.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Sebastião Archer.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente comunica aos presentes que em vista de estarem licenciados os Senhores Senadores Antonio Carlos e Eurico Rezende representantes da União Democrática, como titular e suplente, na Comissão de Redação, resolve oficial ao Senhor Presidente da Mesa do Senado solicitando-lhe seja indicado outro Senador, daquela legenda para ocupar o lugar a ela correspondente, em caráter temporário, conforme previsto no Regimento Interno.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1965 (número 2.871-B-65, na Casa de origem), que institui o novo código Florestal.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 54ª REUNIAO REALIZADA AOS 11 DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE 1965

As dezesseis horas do dia onze do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação, sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Josaphat Marinho, presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi e Heribaldo Vieira.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Sebastião Archer.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente esclarece que o Senhor Senador Heribaldo Vieira substituirá, temporariamente, o digno representante da União Democrática Nacional, Senador Antônio Carlos, nesta Comissão, de acordo com o art. 77 do Regimento Interno.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1965 (nº 2.847-B-65, na Casa de origem), que promove os militares veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

Comparece, ainda, à reunião o Senhor Senador Lobão da Silveira, retirando-se, então, por motivo de força

maior, o Senhor Senador Edmundo Levi.

O Senhor Senador Lobão da Silveira apresenta as seguintes redações cujos pareceres são aprovados.

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1965 (número 205-A-64, na Casa de origem), que aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de 1938, sobre a Ligação Ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz em 23 de julho de 1964.

b) "nova" redação final do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a editar as obras completas de Lúcio de Mendonça, e dá outras providências;

c) redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1965, que altera o Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), estabelecendo normas sobre o crédito de relação de emprego autorizativo do pedido de falência, e dá outras providências;

d) redação final do Projeto de Resolução nº 69, de 1965, que suspende a execução da alínea b, do § 1º, do art. 3º da Lei nº 5.917, de 26 de dezembro de 1961, do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Aprovam-se, ainda, os pareceres em que o Senhor Senador Heribaldo Vieira apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1963 (número 168-A-62, na Casa de origem), que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Parágrafo 2º do Artigo 5º da Convenção de Aviação Civil Internacional, feito em Montreal, a 21 de julho de 1961;

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 1964 (nº 83-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a título aditivo, de 18 de novembro de 1965, ao contrato, de 23 de dezembro de 1964, celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jorge Aurélio Póssa;

c) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 1964 (número 85-A-63, na Casa de origem), que torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em 16 de agosto de 1967, da concessão de melhoria de proventos de aposentadoria a Almir Figueira da Costa.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 55ª REUNIAO REALIZADA AOS 18 DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE 1965

As dezesseis horas do dia dezoito do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Sebastião Archer, presentes os Senhores Senadores Josaphat Marinho, Heribaldo Vieira e Lobão da Silveira.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Heribaldo Vieira apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1965 (nº 191-A-64, na Casa de origem), que mantém atos do Tribunal de Contas denegatórios de registro a termos, de 29 de outubro de 1954, e de 17 de janeiro de 1955, aditivos a acordo, de 13 de maio de 1954, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas;

b) redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1965 (nº 1.690-C-60, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1º da Lei número 3.725, de 28 de dezembro de 1959, que altera o limite de idade para permanência de oficiais dos corpos de saúde e de intendência das Forças Armadas no serviço ativo;

c) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1965 (nº 213-B-65, na Casa de origem), que aprova o Acordo Internacional do Caucau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.

Aprovam-se, ainda, os pareceres em que o Senhor Senador Lobão da Silveira apresenta as seguintes redações:

a) redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 317, de 1964 (nº 3.810-B-62, na Casa de origem), que dispõe sobre a gratificação especial de representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores;

b) redação final do Projeto de Resolução nº 92, de 1961, que suspende a execução das Leis nºs 1.501 e 263, ambas de 29 de agosto de 1936, do Estado de Santa Catarina.

c) redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 316, de 1964 (nº 1.153-B-63, na Casa de origem), que concede isenção de impostos de importação e de taxas aduaneiras para a importação de um órgão eletrônico e demais equipamentos de uma Alínea Diocesana de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

E', também, aprovado o parecer em que o Senhor Senador Josaphat Marinho apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 313, de 1964 (nº 4.631-B-63, na Casa de origem), que concede isenção de licenças, impostos e taxas de importação e consumo para materiais hospitalares doados pelo Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe E.V., da República Federal da Alemanha, ao Hospital Evangélico da Bahia.

Nada mais havendo que tratar dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 56ª REUNIAO REALIZADA AOS 19 DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE 1965

(EXTRAORDINÁRIA)

As dezesseis horas do dia dezenove do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Sebastião Archer, presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi e Lobão da Silveira.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Josaphat Marinho.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1965 (nº 190-A-64, na Casa de origem), que torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 86.795,40 (oitenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos), feito sob reserva pelo Tribunal de Contas em sessão de 21 de agosto de 1964, e referente ao pagamento a Luiza de Castro, da Alfândega de Fortaleza, Estado do Ceará, da percentagem de 10% prevista no art. 4º do Decreto-lei nº 8.663, de 24 de janeiro de 1946.

Nada mais havendo que tratar dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 57ª REUNIAO REALIZADA AOS 23 DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE 1965

(EXTRAORDINARIA)

As quatorze horas do dia vinte e três do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Josaphat Marinho, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Edmundo Levi.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Sebastião Archer.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Lobão da Silveira apresenta as seguintes redações:

a) redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1934, que altera o Decreto-lei nº 4.543, de 31 de julho de 1942;

b) Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1965 (número 227-A-65, na Casa de origem), que aprova o Convênio de Cooperação Social assinado, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a 11 de agosto de 1964 pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.

Aprova-se, ainda, o parecer em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta a Redação Final do Projeto de Resolução nº 89, de 1965, que suspende a execução do número IV do § 1º do art. 27 da Constituição do Estado da Guanabara, de 27 de março de 1961.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 58ª REUNIAO REALIZADA AOS 26 DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE 1965

(EXTRAORDINARIA)

As dezesseis horas do dia vinte e seis do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Sebastião Archer, presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi e José Feliciano.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Josaphat Marinho.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta a Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1953, emendado pela Câmara dos Deputados, que autoriza os estabelecimentos Bancários a substituírem, em sua contabilidade, o livro "Diário" de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes Diários e Balancos" cujas características define; atribui eficácia probatória ao lançamento efetuado segundo o sistema de "partidas" ou "voucher", e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 59ª REUNIAO REALIZADA AOS 31 DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE 1965

(EXTRAORDINARIA)

As dezesseis horas do dia trinta e um do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Josaphat Marinho, presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi e Menezes Pimentel.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Sebastião Archer.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente esclarece que, em atendimento ao Ofício de 26 de agosto de 1965 desta Comissão, foram designados os Senhores Menezes Pimentel e José Leite para substituírem, temporariamente, os dignos representantes do Partido Social Democrático nesta Comissão Senadores Walfrido Gurgel e Lobão da Silveira, de acordo com o art. 77 do Regimento Interno.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Menezes Pimentel apresenta as seguintes redações:

a) Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1965 (número 206-A-64, na Casa de origem), que aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara, México, a 18 de setembro de 1961;

b) Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1964 (nº 1.652-B-60, na Casa de origem), que modifica os artigos 1º e 13 do Decreto-lei nº 1.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis e autárquicos federais no estrangeiro e dá outras providências.

É também, aprovado o parecer em que o Senhor Senador Menezes Pimentel manifesta pelo envio do Projeto de Resolução nº 12, de 1965 à douta Comissão de Constituição e Justiça, para novo exame da matéria.

Aprova-se ainda, o parecer em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1961, que assimila ao crime de contrabando ou descaminho o deslocamento do café, no território nacional, desacompanhado da documentação exigida pelo Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

ATA DA REUNIAO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, REALIZADA NO DIA 2 DE SETEMBRO DE 1965

Sob a presidência do Sr. Senador Benedito Vialardes, presentes os Srs. Senadores Pessoa de Queiroz, Melo Braga, Menezes Pimentel, Valério Lima, Mem de Sá, José Guomard e Wilson Gonçalves reúne-se a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

O Sr. Senador Pessoa de Queiroz relata o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1965, que regula as atividades das agências de viagens e de seus profissionais concluído por uma audiência do Ministério da Indústria e Comércio sobre a matéria.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, João Baptista Castejon Branco, Secretário, a presente ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

26ª REUNIAO, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1965

As quinze horas do dia vinte e cinco de agosto de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor

Senador Pessoa de Queiroz, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Menezes Pimentel, Sigefredo Pacheco, Mem de Sá, Mello Braga, Oscar Passos e Atílio Fontana, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Victorino Freire, Walfrido Gurgel, Argemiro de Figueiredo, Antônio Jucá, Faria Tavares, Irineu Bornhausen, Aurélio Vianna e Lino de Mattos.

É lida e, sem restrições, aprovada a ata da reunião anterior.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Senador Mem de Sá

Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1965, que declara de utilidade pública a Sociedade Portuguesa Beneficência de Campos, Estado do Rio de Janeiro;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 1965, que dispõe sobre a transferência de cargos e respectivos servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, para o Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 1965, que concede pensão especial ao Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra;

Pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira; e

Pela audiência do Ministério da Fazenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 155 de 1965, que acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, relativamente aos débitos fiscais.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Pelo Senador Wilson Gonçalves

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1965, que estende aos demais servidores federais de órgãos transferidos ao Estado da Guanabara em virtude da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960 os benefícios do artigo 46 e seus parágrafos; da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963; e

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965, que determina o registro, pelo Tribunal de Contas da União, do convênio celebrado em 30 de março de 1961, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, Rio Grande do Sul.

A Comissão aprova, por unanimidade, os pareceres.

Pelo Senador Sigefredo Pacheco

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 1965, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos das funções estatísticas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da participação do Brasil na constituição do Capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações;

Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1965, que dispõe sobre abatimento dos preços de passagem nos trens ferroviários federais e de trens teleféricos; e

Pelo encaminhamento do Ofício número 93, de 26 de abril, de 1965 do Senhor Presidente da Fundação das Florestas Sociais, apresentando, para a

Comissão de Orçamento, o Relatório de suas atividades e cópia do Balanço correspondente ao ano de 1961.

Os pareceres são aprovados pela Comissão, tendo o Senhor Senador Mello Braga se declarado vencido quanto ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1965 e, ainda, os Senhores Senadores Mem de Sá e Mello Braga assinados pela conclusão quanto ao Ofício nº 93, de 26 de abril de 1962.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Especial, criada com

a aprovação do requerimento

nº 285, de 1965, para "Pro-

ceder ao estudo e a coordenação

de medidas tendentes

ao controle de preços da ex-

portação das matérias pri-

mas, minerais e produtos

agropecuários nacionais".

ATA DA 3ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 1965

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Emílio (Relator), Heriberto Vieira (Vice-Presidente) e Atílio Fontana, reúne-se a Comissão Especial do Senado Federal criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965.

Comparecem, ainda, os Senadores Senadores José Leite, Pedro Carneiro e, o Senhor Deputado, Walter Batista. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Argemiro de Figueiredo; Eugênio Barros e Raul Gluberti.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, colocada em votação, é aprovada.

Com início dos trabalhos o Senhor Presidente dá ciência à Comissão da correspondência recebida que consta do seguinte:

Ofício nº 1.720, de 18 de agosto do corrente ano, do Senhor Antônio Moreira Conceição, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, acusando o recebimento do Ofício CE-SA-Nº 144, de 1965 desta Comissão;

Ofício nº 296, de 17 de agosto de 1965 do Senhor Augusto T. A. Antunes, Presidente da Cia. Indústria e Comércio de Minérios, dando ciência do recebimento do Ofício CE-SA-Nº 119-65 e colocando-se ao inteiro dispor deste órgão;

Ofício P-E-435-65, de 19 de agosto do corrente ano, do Senhor Oscar de Oliveira, Presidente da Cia. Vale do Rio Doce, em resposta ao Ofício desta Comissão CE-SA-Nº 147-65 e informando sobre seu encaminhamento;

Ofício GM 205-65, de 23 de agosto do corrente ano, do Sr. Dr. Mauro Thibau, Ministro das Minas e Energia, dirigido ao Senhor Sr. Secretário do Senado Federal em resposta à convocação feita por esta Comissão e informando sobre seu encaminhamento;

Telex de números 1.631 — GM de 18 de agosto de 1965, 1.614 — GM de 17 de agosto de 1965, 1.612 — GM de 16 de agosto de 1965 e 1.611 — GM de 26 de agosto de 1965, todos do Sr. Ministro da Fazenda e Obras Públicas e dando ciência da data do seu encaminhamento;

Telex de nº 19.197, de 26 de agosto de 1965 do Sr. Senador Sr. Mello Braga, dando ciência da solicitação apresentada para o encaminhamento desta Comissão a 27 de agosto de 1965, às 15,00 horas;

Telegrama nº 80 — DG, de 25 de agosto de 1955, do Sr. Dr. Renato Araújo, Diretor-Superintendente da Estrada de Ferro Central do Brasil, acusando recebimento ofícios desta Comissão e informando sobre seu comparecimento;

Telex nº 1.792, de 26 de agosto de 1955, do Exmo. Sr. Dr. Hugo de Almeida Leme, Ministro da Agricultura, dirigido ao Exmo. Sr. Primeiro Secretário do Senado Federal comunicando comparecerá perante a Comissão no dia 24 de setembro de 1955, às 15,00 horas;

Ofício nº 663-PRF-65, datado de 20 de agosto de 1955, do Senhor Dr. Hélio Bento de Oliveira Mello, Presidente da Rede Ferroviária Federal S. A., em resposta ao Ofício CE-SA nº 152-65 desta presidência;

Telegrama nº 967, de 27 de agosto de 1955, do Senhor Engenheiro Agrônomo José Ferreira, Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste, em resposta ao Ofício CE-SA nº 133-35 desta presidência;

Telegrama nº 640, de 26 de agosto de 1955, do Senhor Doutor Fernando Silveira da Mota, Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul, em resposta ao Ofício CE-SA nº 130-65 desta presidência;

Ofício DR-6.377, de 26 de agosto de 1955, do Sr. Dr. Trajano de Miranda Valverde, Presidente da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, dando conhecimento do recebimento do Ofício CE-SA nº 148-65 desta presidência; e

Ofício CPO-238-65, de 30 de agosto de 1955, do Sr. Dr. Trajano de Miranda Valverde, Presidente da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, dando conhecimento do recebimento do Ofício CE-SA nº 148-65 desta presidência; e

Ofício CPO-238-65, de 30 de agosto do corrente ano, do Senhor Doutor Paulo Maciel, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, acusando o recebimento do Ofício CE-SA nº 151-65 desta Comissão.

Concluída a leitura do expediente, o Senhor Presidente comunica já haver despachado os e, em seguida, determinado a Secretaria da Comissão que providenciasse a expedição dos respectivos ofícios, transmitindo as autoridades relacionadas o dia e a hora, no próximo mês de outubro, da realização da tomada dos seus depoimentos.

A seguir, o Senhor Presidente comunica encontrar-se presente o Excelentíssimo Sr. Marechal Juarez Távora, Ministro da Viação e Obras Públicas, a quem convida tomar assento à mesa.

Reaberto os trabalhos, o Senhor Presidente, após anunciar que sua excelência o Senhor Ministro da Viação ali se encontrava em atenção a um convite formulado pela Comissão através do plenário do Senado Federal, concede a palavra ao Senhor Senador José Ermírio, Relator da Comissão, para que o mesmo passe a fazer ao Senhor Ministro as indagações julgadas convenientes.

O Senhor Senador José Ermírio inicialmente, agradece o pronto atendimento de S. Ex.^a à convocação deste órgão e, em seguida, passa a formular perguntas ao Senhor Ministro.

Na oportunidade, o Senhor Relator dá início as suas perguntas, indagando a razão da prioridade conferida a ligação direta Brasília-Fortaleza em detrimento da ligação litorânea através da BR-101, antiga BR-11, que serve, Aracaju, Macéio, João Pessoa e Natal.

O Senhor Ministro responde a pergunta formulada informando que a BR-11, atualmente integrada às BR 5, 6, 39, está em prioridade com cerca de vinte bilhões de cruzeiros, quantia idêntica a destinada a BR-13. Afirmando, ainda, existir um convê-

nio com a Petrobrás, interessada no escoamento do Petróleo de Carmópolis no Estado de Sergipe.

O Senhor Senador José Leite, em aparte, corroborando as afirmações de sua excelência, informa que o trecho do Estado de Sergipe está contratado e sendo trabalhado na implantação.

O Senhor Senador José Ermírio, novamente com a palavra, apela para o Senhor Ministro no sentido de que seja providenciado a construção de boas estradas para, desta forma, poder o Nordeste remeter os seus produtos e adquirir os que lhe convêm.

Em prosseguimento, o Senhor Relator, inquirir sua excelência sobre os seguintes assuntos: quilômetros de eletrificação de Estrada de Ferro feitos nos últimos deztois meses; ampliação do sistema ferroviário; carência de vagões para transporte a granel de cereal; necessidade do transporte do algodão do Nordeste até os portos de embarque por via férrea; razão do déficit no sistema ferroviário do país, quando países como a África do Sul, a Suíça, a Holanda e etc. apresentam superávit; situação dos Portos do Ceará, Aracaju, Fortaleza, São Luís, Ilhéus, Itajaí e Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul; tempo e demora no transporte de cabotagem; programas traçados para melhoria da navegação em nosso sistema de navegação fluvial; verbas globais do MVOP para desenvolvimento das ferrovias, dos portos e para ligações mais importantes das BR — no momento em construção.

O Senhor Ministro, a seguir, passa a responder, uma a uma, às perguntas acima referidas e, com relação a determinados dados estatísticos, ficou de oportunamente remetê-los à Comissão.

Concluídas as palavras do Senhor Ministro, o Senhor Senador José Ermírio, Relator, agradece mais uma vez o comparecimento da qual autoridade, afirmando que esta Comissão tem por fim colaborar com a pasta da Viação e, ao mesmo tempo, solicitar informações.

O Senhor Presidente, em vista do Senhor Relator haver concluído suas indagações, franqueia a palavra a quem dela quiser fazer uso.

Nesta fase dos trabalhos, usam da palavra os Senhores Senadores Heribaldo Vieira e Pedro Carneiro, o primeiro para perguntar e sugerir soluções relacionadas com a conclusão e obras do Porto de Aracaju e, o segundo, indagando sobre assuntos pertinentes à Administração do SNAP, em Belém, Estado do Pará, e a extinção da Estrada de Ferro de Bragança.

O Senhor Ministro, com a palavra, responde as perguntas formuladas, detendo-se numa análise pormenorizada dos aspectos abordados pelo Senhor Senador Heribaldo Vieira solicitando naquela oportunidade ao referido Senhor Senador fossem feitas aquelas sugestões por escrito, porquanto, em razão do acerto com que foram abordadas, após um estudo acurado pelos Departamentos competentes, elas seriam acolhidas muito simpaticamente.

O Senhor Presidente, antes de encerrar os trabalhos, comunica que as notas taquigráficas, tão logo sejam decifradas, serão publicadas como parte integrante da presente ata a fim de possibilitar aos Senhores Senadores um perfeito conhecimento dos assuntos objetos de exame deste órgão especial.

O Senhor Presidente, ao encerrar os trabalhos, agradece ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez Távora, pelo seu comparecimento e o parabeniza pelo eficiente trabalho que vem realizando em prol do desenvolvimento do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dezessete horas, dá por encerrados os trabalhos da Comissão na presente reunião, antes,

parém, convocando os Senhores Senadores componentes da Comissão para as reuniões que se realizarão nos dias 1º e 2, do mês de setembro próximo, às 15,00 horas, quando comparecerão, respectivamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros das Minas e Energia e Indústria e Comércio. E, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação. — *Sigefredo Pacheco*, Presidente.

ANEXO A ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 30.8.65 ÀS 15:00 HORAS

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO

Presidente da Comissão: Senador Sigefredo Pacheco.

Relator da Comissão: Senador José Ermírio.

Convidado: Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez Távora.

O SR. PRESIDENTE — (Senador SIGEFREDO PACHECO) — Havendo o número legal, declaro aberta a sessão, durante a qual teremos oportunidade de ouvir o pronunciamento de S. Ex.^a o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez Távora, nosso convidado de hoje.

E' dispensada da ata da reunião anterior e, tem a palavra o nobre Relator, Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — (Relator) — Sr. Ministro, atualmente a BR-101, antiga BR-11, está com a pavimentação e construção parada em Esplanada, Bahia, ficando o trecho entre estas cidades e São Miguel dos Campos, perto de Macéio, sem condições de tráfego durante as épocas de chuva, por falta de pavimentação, no entanto consta que a BR-13, Feira de Santana — Fortaleza, está com o andamento mais rápido, havendo mesmo quem informe que esta tem prioridade sobre a BR-101.

V. Ex.^a sabe que a BR-101, serve Aracaju, Macéio, Recife, João Pessoa e Natal e que faltando pavimentação somente a um trecho de Esplanada a S. Miguel dos Campos e João Pessoa a Natal, somando tudo isso encontraremos pouco mais de 350 quilômetros e um pequeno trecho de construção de cerca de 80 quilômetros. E esta região possui cerca de 70% da população desses Estados.

Vem, então, a pergunta: qual a razão de deixar-se abandonada esta pavimentação e a construção de um pequeno trecho dessa estrada, isolando a região em benefício da ligação direta Brasília-Fortaleza?

Eu não estou dizendo isso, repito, apenas, o que dizem: Estão dando prioridade a Brasília, isolando completamente o litoral, onde há uma população de mais de 2 milhões de habitantes.

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Relator, Senador José Ermírio, é com a maior satisfação que respondo à pergunta de V. Ex.^a dizendo que a BR-11 — hoje integrada às BR-5, 6, 39, a longitudinal litorânea que vai de Natal a Torres — a BR-1, está em primeira prioridade e deve estar, se não me trair a memória, com cerca de vinte bilhões de cruzeiros, mesma quantia da BR-13 — Parte desta quantia global está empregada na pavimentação do trecho em Alagoas, e para a pavimentação restante temos inclusive um convênio com a PETROBRÁS, interessada no empreendimento para escoamento do petróleo de Carmópolis. Creio que as quantias são as mesmas.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Trecho da BR-11 está sendo traba-

lhado parte em pavimentação e parte em implantação, sendo que de Aracaju para o norte há convênio do DER estadual com a SUDENE. Neste trecho foi feita a pavimentação. Numa extensão de cerca de trinta quilômetros foi contratada a pavimentação. Do restante, até Propriá, recentemente foi feita a concorrência para a implantação. Todo o trecho de Sergipe, desde o rio Real até o São Francisco, está contratado e sendo trabalhado na implantação. Distância para o Rio Real e pavimentação de Aracaju para o norte. O que tem acontecido na pavimentação é que a SUDENE tem retardado os pagamentos das faturas, de modo que o serviço se processa num ritmo lento. Mas na parte do DNER houve um atraso no ano passado, não por questão de verbas, mas devido às chuvas de 10 meses que caíram na região. Isto interrompeu todo o serviço de pavimentação e implantação. Daí porque se apresenta uma certa urgência na ligação Sergipe-Alagoas, a ponte de Propriá. Essa está pronta até a ponte. Essa ligação vai ser rodoviária. Não só o desvio da estrada de ferro como a BR-1 até chegar a ponte já está feito. De modo que falta apenas a concorrência da ponte para a execução, que é demorada, pois a ponte é de estrutura pesada.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Nobre Senador, um esclarecimento: O Nordeste está em dificuldades. O próprio Senador Wilson Gonçalves fala em falta de financiamento para o próprio algodão. Para que o Nordeste tenha condições de trazer mercadorias para o sul, é preciso haver facilidades de transporte. Porque eles tem tudo, transportes, adubos, etc. A situação tem que ser clara, com estradas boas para podermos trazer produtos do Nordeste e levar o que nos convém.

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — A BR-44, que liga Fortaleza a Brasília ainda não conseguiu entrar em prioridade. Há um esforço de cearenses inclusive do Senhor Ministro Colombo de Souza, mas ainda não foi possível conseguir prioridade.

Tivemos um financiamento de cinquenta bilhões de cruzeiros em letras do Tesouro, depois de uma luta muito grande, que levou três meses, que seriam entregues a empreiteiros que concordaram em receber uma parte em dinheiro e outra em Letras do Tesouro. Isto trouxe como consequência o retardamento da obra, embora tivesse atividade plena em todos esses trechos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A segunda pergunta que quero fazer é a seguinte: (Lê:)

O Brasil possui potencial hidroelétrico imenso, sendo mesmo entre as nações do mundo o mais bem afortunado País, pois cerca de 80% do seu potencial elétrico instalado é hidroelétrico, assim tem energia barata produzida.

Pergunta-se — Quantos quilômetros de eletrificação de Estrada de Ferro foram feitas nos últimos 18 meses, considerando que numa Estrada de Ferro bem organizada, o custo do transporte ferroviário é três vezes mais barato do que o Rodoviário?

Tenho um trabalho de Rubens Rodrigues dos Santos, que labutou comigo na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, onde traz coisas interessantes.

Não sei se minha pergunta tem razão de ser e se V. Ex.^a poderá respondê-la.

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Posso esclarecer. O número foi relativamente pequeno. O fato deve ser a uma comparação que os en-

genheiros ferroviários fazem sempre entre o investimento necessário para a montagem da eletrificação e a remuneração que esses investimentos podem ter quando a estrada não tem uma movimentação de tráfego em determinado limite.

De sorte que na Santos-Jundiaí já estão praticamente eletrificadas. Na Central do Brasil será eletrificada. As obras de Barra do Piraí não têm continuado em face da insuficiência de carga para buscar o investimento de todas as montagens de linha até o consumo de eletricidade, que é muito barato. Mas a questão são os equipamentos indispensáveis para que as locomotivas possam funcionar com eficiência para pagar os juros, que são uma espécie de custeio nos primeiros anos antes de se amortizar o capital. Providenciarei devidamente as respostas às perguntas, por intermédio dos órgãos competentes, e lhe enviarei.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Quantos quilômetros de estrada de ferro foram construídos nesse período e quais as razões de se terem cortado os ramais ferroviários como o de Bragança, no Pará e de Ilheus, na Bahia, em vez de se procurar recuperar essas regiões que são zonas fertilíssimas?

Aqui no Senado houve críticas profundas à Estrada de Ferro de Ilheus e de Bragança. Foram as dos Senadores Aloysio de Carvalho e Lobão da Silveira, que fizeram severas referências sobre as Estradas de Ferro de Bragança e de Ilheus.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Muitos dados já foram colhidos a respeito quer de uma ou de outra estrada. A Estrada de Ferro de Ilheus atravessa uma região rica. O problema é apenas determinar-se até onde as estradas de rodagem podem concorrer vantajosamente com as ferrovias.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A minha terceira pergunta — Não seria mais fácil ampliar o sistema ferroviário e distribuir o mesmo número de operários para essas novas trechos de estrada de ferro, dando assim distribuição melhor de produção por capita do operário?

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Não posso dar uma resposta com segurança. Quando se equipula uma estrada de ferro há que manter o pessoal da estação, o da manutenção, o das linhas etc.

Todas as vezes que há intensidade do tráfego, que permita uma grande arrecadação, cada quilômetro que se impante, mesmo numa zona rica, significa um acréscimo no déficit ferroviário. Temos feitos estudos muito profundos a respeito. Agora mesmo estamos celebrando um contrato com o Banco Mundial no sentido de fazer um estudo global até onde podemos aproveitar as nossas estradas de ferro existentes, porque quanto às que estamos construindo são duas interessantes: a ligação de parte sul do eixo do Tronco Sul e a ligação Brasília-Pernambuco do Rio, que permitirá a comunicação da Capital com Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

Infelizmente, a densidade do tráfego de carga é muito pequena comparada a despesa. Podia mostrar a V. Ex.^a um gráfico da nossa luta no sentido de conter os déficits. O Tesouro já nos ameaçou e se transpusermos o limite estabelecido, ficaremos sem possibilidades. Estamos, por este motivo, programando uma série de medidas de restrição das despesas e de aumento da receita, com revisão das tarifas, para ver se o déficit de 1963, cujo índice foi de 279, em números absolutos, por 6, e o vértice que caminha para 86; já em 1964, apesar de tudo, o déficit se reduziu a 241 bilhões. Estamos vendo se em

1965 se reduz de 86 para 78 e, em 1966 conseguiremos atingir 67. Mas isso tudo é um esforço que ninguém pode calcular pois constitui uma economia de migalhas.

Desse modo, Srs. Senadores, por irrisível que pareça só poderemos chegar a esse resultado suprimindo-se os ramais e mais ainda pois vamos passar à supressão de linhas troncos que, evidentemente, não poderão concorrer com as nossas rodovias, isto devido aqueles encargos como turmas de conservação, linhas de garantia de tráfego além da manutenção não só dos trens de horário como os de carga, pois tudo isso onera de maneira bárbara a Estrada de ferro e que constitui, realmente, um peso morto para a economia nacional.

Assim sendo chegamos à conclusão de que todo percurso que a rodovia puder fazer teremos que optar por ela, pois nosso plano prevê de que nos próximos vinte e cinco anos o prejuízo da rede ferroviária se elevaria a pouco mais de trinta e cinco mil e temos de reduzi-lo a pelo menos trinta ou vinte e cinco. Vamos mesmo entrar em concorrência com uma firma comercial pois estamos dispostos a pagar sendo que a metade será paga em dólares, pois o principal é que temos de levar em conta a economia nacional como também os nossos usuários têm de ser melhor atendidos, do que tem acontecido até hoje.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Exmo. Sr. Ministro, uma vez que aqui não está especificada a zona, vamos citar, por exemplo, a quarta pergunta, que diz: *Até*

Existiam locais, como de Catia-rá a Patos, com turmas de engenheiros e operários pagos pela Rede Federal sem nada fazerem, aumentando a despesa da Rede. Por que não terminar esse trecho ferroviário, pois Patos é um dos maiores centros produtores de milho no país, e com energia elétrica disponível podia tornar-se um grande centro manufatureiro de aproveitamento de produtos agrícolas?

Esse o ponto importante, não só em Patos como em qualquer outra região, onde se possa transformar em centro de produtos industriais agrícolas com a criação de transportes para movimentação grande, mesmo sendo a prazo longo.

O Sr. Ministro Juarez Távora — Estamos sempre fazendo a comparação entre o custo de rodovia e ferrovia e o valor da mercadoria transportada para saber se é mais viável a construção de uma rodovia ou a manutenção da estrada de ferro.

Nos trechos de menos de 400 quilômetros (?) a rodovia é mais econômica a não ser nos de densidade de tráfego para produtos especializados como o minério de ferro, de manganês, sujeitos a concho, ércia no mercado internacional.

O SR. SENADOR ERMÍRIO (Relator) — O mercado internacional tem privilégios...

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Aí admitimos o sacrifício do frete para incrementar a economia através da exportação.

O SR. SENADOR ERMÍRIO (Relator) — O minério de ferro está a 8 dólares, mas já vendemos a 16. O manganês a 24,70, o ano passado. O preço lá fora é de 70 dólares, não sei porque entregamos a 24,70. Desconhecemos a razão disso e aguardamos a presença do Sr. Ministro das Minas e Energia, igualmente convidado a fim de solicitarmos uma explicação a esse respeito.

Qual a razão de não se terminar esse trecho ferroviário? Havia o engenheiro e muitos operários, contudo

não se colocava o trilho. Vi com meus olhos.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — É capaz de existir. Estou informado de que há trechos ferroviários de tráfego suspenso onde o pessoal das estações lá continuam, e temos de fazer todas as despesas. A situação é a seguinte: não podemos fazer a proeza de remediar uma coisa errada em poucos dias. Temos de suportar a situação.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Trago uma reivindicação do Nordeste. Lá existe carencia de vagões para transportar a produção a granel. Quando fui presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, mandei para o Nordeste 800 vagões que estavam em Bauru. Os vagões estão trafegando há dois anos. Foram entregues por um preço ridículo, se não me falha a memória de trezentos mil cruzeiros cada um. Quem quiser fundar hoje uma indústria de categoria é obrigado a encasar coisa desnecessária. Temos o caso do sal, que vem encasado, quando deveria ser a granel. Quando tivemos energia barata em Fortaleza tal não acontecera. Entretanto, a saca, custando uma fortuna, aumenta o preço do produto. Portanto, é necessário que se estude isso. A RFF precisa criar facilidades para esse transporte no Nordeste, evitando prejuízos para os produtores que além dos produtos comuns, tem o sal, que a Rede obriga a encasar. O ideal seria acabar com a sacaria, evitando prejuízos imensos para os produtores, que tem hoje de encasar uma coisa que pode apodrecer.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Estamos inteiramente de acordo com esta ideia: precisamos evitar a sacaria. Estamos invertendo 2 bilhões de cruzeiros em Santos, para esse fim. Estamos empenhados nisso. No Rio Grande do Norte, estamos investindo 1 bilhão de cruzeiros no trecho Macau-Parati, para ver se contemos isso. Mas os estudos são contraditórios. O próprio Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis fez estudos para ver se seria viável um porto intermediário entre Macau e Areia Branca.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Nas ferrovias há vagões para evitar a sacaria.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Se tivéssemos dinheiro para comprar vagões, estaria resolvido. Precisamos de 8 a 10 mil vagões.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A indústria nacional já está produzindo vagões.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Mas a gente contrata com as empresas nacionais e os contratos não são cumpridos a tempo.

Estou com problema de transportes no Rio de Janeiro. Já não sei o que fazer, não posso aumentar as tarifas continuando os pingentes. A indústria nacional está devendo cem mil unidades.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — V. Exa. tem muita coisa para pensar. Gostaria que V. Exa. pensasse um pouco mais na sacaria, evitando que se gaste dinheiro desnecessariamente.

Minha sexta pergunta, Sr. Ministro (Lé):

O algodão do Nordeste deve ser a maior renda daquela região, porque não tem concorrentes africanos, cuja mão-de-obra ainda é muito baixa. Pergunta se, que providências tomou a rede para o seu transporte até os portos de embarque e quais as vantagens dadas para pressagem de alta densidade para os produtores de algodão em rama?

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — A Rede está fazendo tarifas especiais para o algodão, aqui no Sul, e essas tarifas são, mais ou menos, por tonelada e num percurso de 160 quilômetros para Santos-Jundiaí, 0,5%.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Em todo o caso são zonas importantes, que dão renda imensa ao Brasil. O Brasil tem condições para produzir algodão.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Digo a V. Exa. que só com a medida de pagar todo o manuseio dos portos em peso e não em volume, sofremos uma redução extraordinária. Não estamos transportando algodão há muito tempo no Nordeste.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Se houvesse maior pressagem, V. Exa. poderia aproveitar muito maior volume nos vagões.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Isso podemos resolver com o Ministério da Agricultura.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O Ministério da Viação deveria fazer uma fiscalização muito severa. O transporte tem que ver isso. Tem que ser uma coisa em conjunto.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Uma pressagem de 700 quilos afeta a fibra.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A questão do volume devia estar a cargo do Ministério da Viação.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — A questão é que se apertamos muito o algodão, acabamos prejudicando a fibra.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Já transportei muito algodão e sei que não prejudica. Podemos transportar 600 quilos, o que não vai afetar a carga.

O senhor terá um volume muito maior de carregar no vagão que podia dar um pequeno lucro aos produtores de algodão.

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Antes as tarifas eram pagas por volume, de sorte que o produtor tinha interesse de transportar menos. A lei do menor esforço é um fato que não podemos remover. Mas vou levar em consideração esse fato e vou me entender com o Sr. Ministro da Agricultura.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O ponto referente à receita é considerado como muito importante desta entrevista, Sr. Ministro. O Brasil é um país que tem o maior déficit de transporte ferroviário do mundo. Há países como a Rússia, Estados Unidos, Suíça, Índia, Japão, Bélgica, França e outros que têm *superavit*, significando que temos uma má administração nesse setor. Que providências foram tomadas para sanar esse problema? Aqui o déficit do Brasil. Aqui estão as linhas positivas e as negativas. O senhor verifica que a maioria dos países tem saldo. Pois bem, o Brasil é o único que apresenta um déficit astronômico — o maior do mundo. Veja aqui V. Exa.: a Rússia tem lucro, o Japão, etc. O nosso déficit é monstruoso!

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Aos poucos temos que modificar a estrutura do parque ferroviário, onde este não possa concorrer com as estradas de rodagem. Isto para evitar que fiquemos apenas com o osso.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — E por que?

O SR. MINISTRO JUAREZ TAVORA — Porque não temos condições.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Não é possível ignorar a agricultura em favor da mineração.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Agimos em termos puramente econômicos e não financeiros. O Governo está interessado no incremento das exportações. É certo que temos tarifas de transporte que não cobrem nem as despesas de custo. Precisamos fazer com que os nossos produtos percamos a capacidade de concorrer no mercado internacional. Estamos fazendo isso, mas tudo em limite. Posso deixar com a Comissão o quadro, para mostrar o nosso esforço. Temos feito o máximo no sentido de colocar nossas estradas de ferro em condições de realizar o programado. Não tenho, porém, capacidade para explicar as tarifas, na Estrada, dispondo de elemento capacitado a dar uma resposta completa no tocante à nossa real situação.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Se podemos vender o nosso manganês a 70 dólares, porque não temos concorrente, não seria melhor exportarmos 400 toneladas, nessa base, em lugar de 800 toneladas a 25 dólares?

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Este assunto escapa à nossa finalidade.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Vendemos o nosso minério a 18 dólares, ao tempo da gestão Juraci Magalhães. Agora, isto foi baixando e hoje se se importar uma locomotiva ou qualquer outra coisa que leve aço, se irá pagar muito mais do que há anos atrás. É o que se chama de imposição dos países consumidores. O que poderia ser possível era se formar um bloco em que cada teria uma conta, desse modo, então, a Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, teria sua cota certa. Esta seria a única maneira de podermos reagir contra esse verdadeiro assalto.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Realmente, nobre Senador, a produção do minério de ferro tem crescido muito, na razão de vinte bilhões de toneladas, no consumo, sendo que a capacidade de produção cresceu muito mais, ainda. Não acredito, entretanto, seja possível se conseguir esse convênio como o que foi feito com o café. Mas se houvesse essa relação a tendência das matérias primas seria de descer de valor. Nosso processo de exploração precisa, realmente, ser valorizado.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Temos de levar em conta que o transporte vai além de 30%. Além disso, se o Brasil exporta um pouco de minério de ferro poderemos obedecer a isso se o Canadá exporta 60, o Brasil, então, exporta 10 e a Austrália passará a exportar 8.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Realmente, a Austrália constitui uma ameaça para nossa produção.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Ela poderá ir diminuindo, com o passar dos anos mas será preciso um acordo. Acredito, Sr. Ministro, que para ganhar dinheiro todos querem esse acordo.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Há grita dos consumidores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Os consumidores são obrigados a comprar.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Não podemos ter uma economia puramente de consumo. Nós temos com um contrato com a Vale o Rio Doce muito interessante.

A redução de tarifas tem um limite. Perguntam logo, com que vou abrir o déficit?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Tem razão. Tudo isso depende do seguinte: um planejamento

to bom em que os principais produtores do Mundo fizessem um acordo, uma divisão entre si. Que dessem, por exemplo, ao Brasil uma cota de 20 por cento, estaria muito bom, daria uma renda boa.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Estados esperando transportar pela nossa Central do Brasil uns 25 milhões de toneladas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Não acredito nesse transporte econômico da Central do Brasil. É preciso reconstruir toda a via.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — A via de Santos está bem boa, com capacidade para transportar 15 milhões.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A Central do Brasil sobe e desce, enquanto a Vale do Rio Doce desce. O problema da economia é não ceder aos homens de fora que atuem em fixar o preço de nossas mercadorias. É a maior coisa que o Brasil pode fazer e posso afirmar que se o Brasil tiver a coragem de liderar isso com alguns Países, vai ganhar mais e transportar bem menos.

Vou contar o seguinte: se realmente temos essas condições, então vamos aos portos. A pergunta é a seguinte:

É por demais conhecido que o Brasil, com sua imensa costa marítima e seus rios navegáveis, tem condições especiais para um transporte barato, quer seja ele marítimo, fluvial ou lacustre. Nos últimos anos o transporte marítimo baixou de 5.346.900 toneladas em 1953 para 2.322.800 toneladas em 1964. Em todo o mundo esse transporte custa três vezes mais barato do que o ferroviário, e no Brasil, onde todas as grande cidade estão no litoral — menos Goiânia e Belo Horizonte —, torna-se assim o País ideal para esse sistema de transporte.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Ainda não está reagindo como devia.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Quando houve a superprodução de açúcar, seu preço baixou de 220 dólares para 57. Devíamos ter a ensilagem a granel de todos os produtos, que poderiam ser mais baratos e não se gastaria uma fortuna.

Pergunto: (Lê):

Quais as providências tomadas para a mecanização dos portos para ensilagem e recebimento de produtos agrícolas a granel?

2ª pergunta:

Qual o aumento da tonagem de nossas Marinha Mercante nos últimos 18 meses?

3ª pergunta:

Qual a importância gasta no reequipamento dos portos para dar um movimento satisfatório não somente para cabotagem como também para exportação de nossos produtos para o exterior?

4ª pergunta:

Quais os novos portos em construção e qual a situação do porto de Camocim no Ceará e Aracaju no Sergipe e qual a situação dos portos de Fortaleza, São Luiz, Ilhéus, Itaiá, Rio Grande em Porto Alegre?

5ª pergunta:

O porto de Recife necessita urgentemente de dragagem sob pena de sofrer grandes prejuízos a navegação para o exterior existe algum programa para a normalização desse porto, pois trata-se do principal porto do Nordeste?

Esta questão de dragagem, V. Exa. sabe, havia antigamente um sistema muito bom. Feita a dragagem do porto podia-se vender a área do terreno

e com o dinheiro pagar-se a dragagem do porto. É uma coisa importantíssima tirar a areia do fundo e jogar naquele mangue, fazendo-se uma renda muito grande com a venda dos terrenos.

6ª) Durante muitos anos existiu na navegação marítima o chamado bonê do Comandante ainda persiste esta situação?

7ª) Um dos pontos que mais dificultam a nossa cabotagem é o tempo e demora no transporte das mercadorias e o roubo praticado nas mesmas durante a viagem, ainda existem essas condições?

8ª) O Governo Federal pretende unificar a administração dos portos sobre orientação Federal ou vai fazer acordos com Estados ou Cias., particulares para administrá-las, quais os melhores resultados obtidos?

9ª) Há cerca de seis anos foi feito um estudo que dava a seguinte média com relação ao tempo útil utilizado em média pelos nossos vapores que é o seguinte: dias navegando 23, dias em trabalho de carga e descarga 39, dias aguardando atracação 13 o que dá 28% de movimentação e 72% parado. Ainda perdura esta situação?

10ª) Qual o programa traçado para melhorar a navegação fluvial, pois isto daria ao nosso interior um desenvolvimento muito grande numa região que muito necessita de desenvolvimento?

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Vou pedir a V. Exa. para parar um pouco, depois, lhe darei informações completas.

Como disse a V. Exa., estamos mandando agora, com cerca de dois milhões de cruzeiros, esses equipamentos para carga e descarga a granel em Santos, mais ou menos 800 milhões em Paranaguá para carga e descarga em Santos e Itaiá, em São Francisco. Isto é uma decorrência da condição de superprodução de milho. Exportamos umas duas toneladas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O Brasil não está produzindo. — Pergunto a V. Exa. se realmente podemos aproveitar o milho, como está provado, porque é mais nutritivo.

Por que importamos milho a 42 dólares se a soja nos custa 42? Desta forma estamos pagando mais caro por um produto inferior ao nosso.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Posso dar uma resposta a V. Exa. Há uma indústriazinha, não digo em caráter experimental, muito pequena, no sul do Ceará, em virtude de um convênio estabelecido entre a Universidade de Fortaleza e a da Califórnia, para o aproveitamento do milho industrializado. Extraímos o óleo do milho, comprimimos o óleo, misturamos o milho com a casca, fazemos torta e depois fazemos todos os produtos possíveis e imagináveis do milho. De sorte que Senador José Ermírio, acho ser uma indústria que será em pouco tempo esbaldada por todo o Brasil. Tem fazendeiros que estão vendendo algumas cabecas de soja para empregar o lucro nessa indústria.

Mas de qualquer maneira estamos empenhados seriamente em equipar os nossos portos com aparelhos de carga e descarga.

Qual o aumento da nossa tonagem exportada pela Marinha Mercante. Não posso dizer com certeza mas tenho colorado a razão de 100 000 toneladas. Uma parte dessa tonagem está sendo exportada. Vamos aumentar uma parte da capacidade de exportação. A política da Companhia é cobrar o desenvolvimento e o lucro de maior número de pessoas de nação se justifica. Vamos ver se barateia-

mos essas peças. O estaleiro está produzindo peças pelo preço internacional. Agora, nossa indústria cessará de produzir essas peças. É o que está errado.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Em vez de se incentivar a indústria de automóveis para a venda de carros a custa do dinheiro do povo, devíamos concentrar nossas atenções na fabricação de tratores.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Estamos tomando medidas drásticas no sentido de beneficiar o produtor nacional. Ao contrário os nossos produtores terão que fazer suas peças oitenta por cento mais caro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Outra pergunta: Qual a importância gasta no reequipamento dos portos para dar um movimento satisfatório não somente para cabotagem como também para exportação de nossos produtos para o exterior?

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Empregamos novecentos milhões de cruzeiros no Amapá, em Belém, oitenta e seis milhões. Estamos lá com dois portos. O de Belém, por exemplo, está com seis metros de profundidade, e o assoreamento é constante. O de Itacurucá está sendo cuidado, os estudos estão completos e investiremos 130 milhões, além dos 65 milhões.

No Maranhão, estamos mais ou menos com 100 milhões, para o estabelecimento da ligação ferroviária do Paranaíba através da Barragem de Boa Esperança.

No Ceará, em Fortaleza, estamos com 2 bilhões.

No Rio Grande do Norte, estamos empenhados em gastar, no porto de Natal, um bilhão. Está autorizado a efetuar o embarque do sal em barcaças, e tudo faremos no sentido de não encarecer o custo. No movimento do sal, o serviço de estiva e desestiva, todos sabem, encarece o produto. Mas o projeto que está em estudo é o da concorrência das exportadoras, onde embora fique afastado do litoral mesmo assim ficará mais perto que o profetado para o porto de Macaé, que é da ordem de seis quilômetros da costa.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas essa obra ficará muito mais cara.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Realmente. Em Pernambuco, por exemplo, dispomos de uma verba da ordem de um bilhão de cruzeiros para iniciarmos a dragagem de assoreamento naquele porto.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Se fosse possível V. Exa. conseguir uma área do tipo, por exemplo, da de Recife.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Talvez que nos maldos do

porto de Recife não sirva para lá porque para a dragagem de sucção seria preciso, só para as dragas, cerca de quarenta milhões de dólares. Além disso estamos pedindo licença ao Sr. Presidente da República para qualquer empresa, nacional ou estrangeira, iniciar aquela dragagem.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O que seria de grande auxílio.

O SR. MINISTRO JUAREZ TA-VORA — Ainda, com relação a Santa Catarina, uma nota para dar aos o que os consumidores pretendiam. Nossa política estamos pensando a estudos no sentido de desenvolver a causa do desenvolvimento, pois a causa da falta de desenvolvimento é a falta de capital para o desenvolvimento. Não há desenvolvimento de indústria de capital, porque o capital duro só se cria se puder multiplicar aquilo que não foi encontrado. Era preciso, por-

ento, que se procedessem a sondagens pois não se pode montar um cais em cima de material que está sujeito a tombar. Além do mais, não só a parte nova desabou como ainda uma parte da antiga. Portanto, é um problema sério que temos de resolver.

Na Bahia, estamos empenhados em construir o porto do Cacau, em Ilhéus, para o que precisaremos dispor de cerca de seis bilhões de cruzeiros sendo que a fase de construção é de dois bilhões.

Temos estudos a respeito de todos os investimentos projetados e, poderemos fornecer-lhes aqueles que se interessarem pelo assunto.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Gostaria de obter esses dados.

O SR. MINISTRO JUAZ TAVORA — Vou mandar a V. Exa. nobre Senador, cópia resumida para que possa ter uma idéia de quais as importâncias gastas, quais os novos portos em construção, os de Camocim e de Aracaju.

Em Aracaju, infelizmente, pouco mais desabou. Em Camocim está praticamente pronto tratando da construção de armazéns e dispomos de uma verba para a estrada de acesso ao porto. Em São Luís, 4 milhões e meio; em Ilhéus, temos um orçamento de 5 milhões e para investir neste ano 2 milhões. Itaipá, vamos terminar, pois faltam armazéns e outras obras. Este ano vamos organizar uma companhia de exploração mista Rio Grande — um dos portos mais baratos do Brasil — embarque e instalação. O porto de Recife já está com sua dragagem contratada. Sobre a questão do boné do comandante, não é com o comandante do navio, é sim, com o capitão-do-porto.

Um dos pontos que mais dificultam nossa cabotagem é o embarque.

Posso dizer a V. Exa., Senador José Ermirio, que o Congresso receberá, dentro de mais três ou quatro dias, um projeto — que já deveria ter sido enviado há três meses, porém, houve necessidade de estudo pelo Ministério do Trabalho. É a questão do trabalho contínuo nos portos, com dois e três turnos. Com tal medida, reduziremos o tempo de embarque da carga e, conseqüentemente, seu barateamento.

Quanto à questão do desvio de mercadorias, estou fazendo o seguinte: quando desaparecem, abre-se inquérito a bordo. Não sendo encontradas, tripulação. Não vai haver mais roubo. Distribui-se a indenização por toda a

Num caso recente, tivemos de pagar 60 milhões de cruzeiros de ouro. Abriu-se inquérito e não se apurou nada. Então toda a tripulação vai ser descontada. Não é uma medida muito legal, mas não temos outro meio.

O Governo Federal vai fazer acordo com os governos estaduais para administração dos portos. Estamos fazendo um primeiro ensaio em Muricuri, no Ceará, fundando uma Cia. de economia mista, com representantes das classes produtoras. O Governo pretende fazer isso com todos os portos. Iniciaremos com o porto de Camocim, depois o de Chaval, Aracaju e Fortaleza. Talvez o próximo seja Vitória, onde a Cia. Vitória e Minas tem grande interesse, bem como a Cia. Vale do Rio Doce.

A questão da dragagem é um capítulo dos mais vergonhosos do nosso Ministério, no que se refere ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Fizemos concorrência para que firmas particulares fizessem a dragagem dos portos. Elas estragaram as dragas, que voltam absolutamente imprésteis. Estamos com 50% das nossas dragas imprésteis. Pois bem; apesar de tudo isso, o trabalho por firmas particulares ainda sai mais barato que o feito pelo Departamento. Temos que evoluir para uma empresa

que se encarregue disso. Vamos ter um representante dos usuários, um representante do Sr. Presidente da República e um representante do Departamento de Portos e Vias Navegáveis.

"Há cerca de seis anos foi feito um estudo que previa a seguinte média com relação ao tempo útil utilizado em média pelos nossos vapores que é o seguinte: dias de navegação 23, dias em trabalho de carga e descarga 39, dias aguardando atracação 13 o que dá 75% de movimentação e 25% parado. Ainda perdura essa situação?

Os nossos portuários só trabalham 8 horas, então tudo que exceda de 8 horas é considerado extraordinário. Nunca trabalharam mais de seis horas e o número de extraordinários vai dobrando. Com esse regime de dois turnos não só diminui o pagamento de horas extraordinárias como talvez tenhamos mais eficiência. Os navios não terão que esperar tanto tempo porque as turnas irão se revezando. Espero que o Congresso entenda isso e não modifique a lei, porque se houver uma brechinha vai tudo por água abaixo. Pergunto: (Lê):

109) Qual o programa traçado para melhorar a navegação dos nossos sistemas de navegação fluvial pois isto daria ao nosso interior um desenvolvimento muito grande numa região que muito necessita desse desenvolvimento?

Tenho uma notícia muito boa, não sei se é boa para todo mundo. Temo que modificar cerca de cinquenta artigos da Lei de Consolidação dos Trabalhadores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator da Comissão) — Quería chamar a atenção de V. Exa., Ministro Juarez Tavora, para o seguinte: a estrada de ferro tem a manutenção paga por ela, enquanto a da rodovia é paga pelo Governo federal ou estadual. Há grande diferença entre a manutenção de uma estrada de ferro e a de rodagem. O caminhão não paga ...

O SR. MINISTRO JUAZ TAVORA — Está pagando. Mesmo nas de São Paulo, como uma densidade de tráfego como a São Paulo-Santos, estamos equilibrando. O pedágio não resolve. A taxa, sim, sobre utilização da estrada. Os automóveis estão pagando de 73 a 80% em alguns casos. O caminhão pesado, que arrebuja a estrada, está pagando pouco, porque há uma Fábrica Nacional de motores que só vende motores, veículos pesados. V. Exa. não imagina quais as dificuldades que encontro para obrigar aqueles que estão habituados a ganhar dinheiro. O Departamento de Estradas de Rodagem — que põe uma placa quando inaugura uma estrada ou faz outra — tem descurado da conservação. Destinaremos 25% do orçamento para a conservação de estradas. Isto significa que vamos construir menos estradas. Mas, pelo amor de Deus, que nos deixem conservar em tráfego as que existem, por ocasião das chuvas. Mas, se fizermos uma correção no imposto único, no ano que vem, só os caminhões vão pagar quase a manutenção das estradas. As estradas de ferro só servem para transportar produtos brutos. Para produtos esportulados não serve.

Quanto à questão do orçamento rodoviário, posso dizer que contamos com 40% deduzidos os 11% para substituição de ramais ferroviários e deduzidos mais 4% que vão para o Ministério da Aeronáutica, para implantação de novos terminais aéreas, de que temos grande necessidade. Isso dá cerca de 200 bilhões de cruzeiros, que foram, praticamente, duplicados através de empréstimos de letras do tesouro, feitos pelo Ministério da Fazenda e através do remanejamento de sal-

dos de arrecadação. Este ano vamos dispor de 400 bilhões de cruzeiros para implantar, para conservar e pavimentar estradas. Isto é tão pouco que estamos usando desses quatrocentos bilhões mais ou menos dez milhões e dez em cinco estradas. A BR-101 é uma delas. Na duplicação de S. Paulo temos que investir mais ou menos trinta e quatro milhões de dólares e mais uns dez ou quinze bilhões de nosso Departamento, só aí vai mais de quarenta bilhões de cruzeiros.

A BR-3 está mais ou menos em igualdade de condições.

Estamos implantando este ano em Vitória e em Uberaba, esta última cidade um porto vilão em Minas Gerais, como também na BR-25 e na BR-37. Temos cinco estradas vamos investir 200 milhões ou 215 milhões de cruzeiros, mais do que o restante do que dispomos para todas essas estradas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Sr. Ministro, agradeço a V. Exa., porque esta comissão teve o fim de colaborar com V. Exa. e também solicitar informações. Será feito o relatório dos nossos trabalhos que será publicado a fim de que seja conhecida.

Outros trizer para esta comissão um homem que trabalhe e que conheça o assunto, para poder conjuntamente trazer conclusões úteis ao desenvolvimento do País.

Agradeço de minha parte as informações aqui colhidas.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Silvestre Pacheco) — Tem a palavra o Sr. Senador Heribaldo Vieira.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Tenho 60 anos de idade e desde que nasci o problema emocional do meu Estado é a Enrra do Porto de Aracaju, problema que nunca foi resolvido. Tem havido uma tentativa que quase nenhum resultado tem dado. Tem-se feito dragagem para o aproveitamento do canal tem sido o difícil, pois um trabalho definitivo só por meio de enrocamento o que é muito caro. O problema tem, assim, desafiado os Governos federais que não têm querido ou podido resolver.

Mas Sergipe é um Estado pequeno de economia muito pobre e que não despertava o interesse da União. Sucede que agora somos um dos Estados de maior produção de petróleo, segundo é notório no país. De forma que vem caso o interessar a exportação de nosso petróleo e o Governo Federal deve voltar as suas vistas para o porto de Aracaju.

Devido à grita popular, a PEIROBRAS, que está fazendo um oleoduto para o mar, resolveu destacar uma verba para estudo do nosso porto fluvial.

Não é animador para nós, sericinos, esse simples estudo porque a PEIROBRAS continua a fazer seu oleoduto para o mar, portanto, desinteressado do porto de Aracaju.

Agora, conforme V. Exa. acabou de anunciar, e que já sabíamos, a saída do porto de Aracaju e o acostamento dos navios ruim. De forma que os problemas de nosso porto estão crescendo, e é pensamento da PEIROBRAS fazer esse oleoduto em local que não entra a Praia da Atalaia e um navio no barateio chamado Macaúba. O oleoduto levará o petróleo a um local distante uns 25 km de Aracaju, servindo por estrada de rodagem com 9 quilômetros já pavimentados.

A PEIROBRAS planejou a construção de uma ilha artificial no rio onde haverá mais de acostamento dos navios.

Querla lembrar a V. Exa. que o Ministério da Viação estudasse talvez não seria melhor construir um porto em Aracaju nesta ilha artificial, conjugando os esforços com a PEIROBRAS. Assim, não somente estaria servida a PEIROBRAS como também a economia de todo o Estado de Ser-

gipe. Aqui está o Deputado Walter Batista que apresentou uma emenda para estudos de quinhentos milhões de cruzeiros, no orçamento deste ano.

Assim, gostaria que V. Exa. demonstrasse suas atenções sobre o deslocamento do porto de Aracaju para porto marítimo na ilha que a PEIROBRAS está com o plano de construir. Esta a sugestão que queria fazer a V. Exa. pedindo as luzes dos seus conhecimentos de Ministro que provavelmente está atento a todos esses problemas.

Vou contar uma história que é verdadeira.

Uma grande empresa com 85 anos de idade, transportando produtos desde o Rio Jucui, não pôde mais pagar seus funcionários e foi à concordata. Ofereceu participação aos funcionários, mas nenhum aceitou. Indenizou todos os funcionários e foi à falência.

Estamos ativando um estudo de aproveitamento dos rios, para que não haja obstrução, para naver um assoreamento no canal. Ativamos uma divisão especial só para esse fim.

Estou certo de que se o Congresso aprovar essa lei, que vai ter uma oposição tremenda, inclusive dos amigos do Ministério do Trabalho haverá uma grande melhora e haverá também o aproveitamento das vias fluviais, que são bem mais baratas, haverá melhor atendimento dos centros de produção, pois não se justifica o uso das estradas de rodagem.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Não se deve ter o medo de gastar o que é autofinanciável. Isso, não deve ter receio de gastar o Governo tem condições de realizar em empreendimentos dessa natureza.

O SR. MINISTRO JUAZ TAVORA — Vou dar um resumo sobre os preços de embarque dessas mercadorias. A tonelada de carga em Santos custa 436 em média. Em Paranaguá e Antonina, 426. Em Rio Grande, 394. No caso de encargos sob mais 600%: Em Antonina e Rio Grande, 418. Tratando-se de mercadoria a granel, sobe para 837, praticamente o dobro.

Existe um porto na Bahia, explorado por uma empresa particular que cobra Cr\$ 2.000 por tonelada de mercadoria manuseada. As empresas de navegação estrangeira vão aumentar Cr\$ 1.200, por causa da estadia do navio no porto.

Consequência, depois de quatro meses andando de construtor a construtor, a anulação de acordos referentes ao porto de Santos.

uma redução ... significando com

No porto de Manaus vamos ter isso um suplemento para o pagamento de salários de apertados.

Através de ... as portarias tememos procurado diminuir as tarifas para os diversos portos nacionais. Entretanto, os contínuos aumentos salariais com o parcel dos portos não permite uma diminuição maior. Vamos obrigar as empresas a diminuir as tarifas exatamente na medida em que vão deixar de pagar os portos.

Isto em relação ao porto de Manaus. Todos os portos estão aqui contemplados. Salvador, Santos, etc.

Não tenho desancado. Só Deus sabe o que tenho pensado para manter essa coisa toda, apesar da nossa realidade.

Introduzindo no porto do Rio de Janeiro, por exemplo, o regime de dois turnos, e conseguirmos uma melhora extraordinária no embarque de mercadorias. No mês de agosto, estamos com a média de quatro mil toneladas, quando não conseguíamos embarcar mais de mil e oitocentas,

atingiremos a média anual de 4 milhões de toneladas se a Central do Brasil der o "line" sob fluxo constante. Encontrei a Administração do Porto com o problema de filas de dez a doze navios, e só a adoção do regime de dois turnos houve a melhora considerável. Imagine-se quando se estabelecer o regime de três turnos, a fim de que o trabalho prossiga sem solução de continuidade.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — egundo as estatísticas, a Dinamarca, despendia 5, enquanto o Brasil 9,8, o dobro praticamente do que gasta aquele país.

Tenho outra pergunta, Sr. Ministro Juarez Távora: (Lê)

"Num país gelado que ainda não tem petróleo e importa cerca de 300 milhões de dólares por ano, gases combustíveis, não seria melhor desenvolver também com muita urgência a nossa tração elétrica ferroviária, destinando verbas imensas para esse fim, mormente quando sabemos que dentro de trinta anos o petróleo estará racionado no mundo inteiro?"

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Vou responder como já falei, nos seguintes termos: temos estudos na Rede Ferroviária Federal a partir de que censidade de tráfego é a que se justifica.

Vou remeter esses estudos, exatamente com esses dados. Estamos justamente com esses estudos, em entendimentos com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, para ver quais as linhas férreas já existentes que têm condições de concorrer com as rodovias economicamente. Quando for possível, substituiremos com rodovias as estradas de ferro anti-econômicas, o que vai levar a Estrada de Ferro do Ônis de pagar equipamento e pessoal tremendamente caro, quando a capacidade de densidade da zona não justifique.

E assim esperamos melhorar as condições de nossa economia.

O SR. SENADOR ERMÍRIO (Relator) — Vem aqui última pergunta: Com que verbas conta o Ministério da Viação e Obras Públicas para o desenvolvimento das Ferrovias e dos Portos do País, e para ligações mais importantes das BR ora em construção?

E' uma pergunta não sei se indiscreta.

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Quanto a rodovias posso dizer: pronto, quanto a ferrovias, se decompõem em várias, pois são verbas orçamentárias. Existe a famosa verba de custeio que, seria — se tudo continuasse como estava até 30 de março — de quatrocentos e quarenta e três bilhões de cruzeiros, o deficit no fim do ano. Era mais ou menos de um bilhão e meio por dia.

Temos um Fundo de Melhoramento Ferroviário que é a sobretaxa que se cobra sobre todas as mercadorias para garantir a reajustabilidade do suprimento orçamentário, para que se possa manter o mínimo de aperfeiçoamento ferroviário.

Outra verba constituída pelo que chamamos de ramais deficitários, um imposto único sobre combustíveis, petróleo, destaca da parte correspondente aos Estados e à União 11% para constituir uma verba destinada a toda vez que um ramal for considerado, do ponto de vista econômico, irre recuperável, substituir-se por uma rodovia.

Para pavimentar-se, em boas condições, um trecho de rodovia precisaríamos de noventa a cem milhões

de cruzeiros. Para uma estrada de ferro, implantada e pavimentada, necessitaríamos de cerca de cento e vinte milhões de cruzeiros.

Quando se pensa em substituir, como agora, a Minas-Bahia temos aí quinhentos quilômetros que, multiplicados por cento e vinte milhões de cruzeiros, no mínimo, por quilômetro — se o Sr. Ministro da Fazenda ouvir falar nisso S. Exa. desmaiara — temos de suprir com esses 11% do fundo rodoviário que subsistirá até fins de 1969, se não me engano.

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Tenho a impressão de que o Departamento de Portos e Vias Navegáveis olhara com muita simpatia a possibilidade de se amparar esse novo porto do que constitui o de Aracaju. Teríamos que verificar as despesas de investimento e as possibilidades de retribuição do investimento que represente, afinal, um bus, a fim de levar avante o empreendimento. Iremos fazer uma miniatura a exemplo do que ocorre em todos os países a verificação da oscilação da vaga, da direção das correntes a deposição do assoreamento, a fim de que se possa ter a idéia de como se comportará esse processo natural.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Penso que o Instituto Nacional de Pesquisas do Rio de Janeiro poderá fornecer esses elementos.

O SR. SENADOR HIRIBALDO VIEIRA — Há estudos no Departamento de Portos e Vias Navegáveis, muito adiantados, sobre o porto de Aracaju. Lembro a Vossa Excelência que talvez com despesa muito menor pudessemos conseguir um porto definitivo sem mais trabalhos de dragagem de barra etc. Não seria mais conveniente a conjugação de todos os estudos, inclusive o do Petróbrás, para conseguir esse porto, do que continuar a insistir no porto fluvial de Aracaju?

E' apenas uma sugestão, para estudos.

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Repito o que disse, sobre Senador: o Departamento vai estudar com maior simpatia essa sugestão do que o estudo anterior.

Gostaria, entretanto, nobres Senhores Senadores, que me fornecessem essas indicações por escrito pois confesso com o acúmulo de tarefas não posso garantir minha memória. Digo mais uma vez que estou certo de que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem irá aceitar essa sugestão.

Respondendo, ainda, ao sobre Senador por Sergipe, informo que na direção daquele local está a estrada de rodagem que vai de Aracaju até o aeroporto. Assim, dessa distância que será no máximo de 16 a 7 quilômetros, 9 já estão pavimentados e que podem, portanto, ser aproveitados para a ligação aquele local. Aliás, pelo plano rodoviário estamos planejando fazer as ligações. Assim sendo é quase certo de que o Departamento irá fazer essa ligação, naturalmente com a pavimentação necessária.

Estou inteiramente à disposição dos Srs. Senadores para responder a qualquer pergunta sendo que aquelas que não obtiverem uma resposta imediata poderão obtê-la posteriormente, pois o Departamento dará as informações em termos bem precisos de não só o que está sendo feito como ainda o que será possível fazer.

O SR. SENADOR PEDRO CARNEIRO — O noticiário dos jornais dava a entender que V. Exa. pretendia ou pretendia retirar os navios da Administração do SNAP, em Belém, Capital do Pará. Gostaria de

ouvir, de viva voz de V. Exa., se é verdade ou não

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Não há nada há respeito. O que existe é o velho propósito de separar o porto do Pará da antiga "Port of Pará", hoje incorporada no SNAP. A administração portuária é um ponto diferente da de navegação, sobretudo a fluvial.

Estamos deixando, para realizar essa providência que se faça uma espécie de inventário daquilo que pertenceu à "Port of Pará" e à "Amazonian River".

Então, o SNAP vai receber não só o encargo de administrar o transporte fluvial como adquirir novas unidades. Estamos empenhados no equipamento da navegação amazônica e da bacia de Prata. Não sei quantos navios poderemos dar mas a Comissão de navegação mercante recebeu recomendação de renovar a frota lá muito velha. Quando vier essa lei, que vai depender do Congresso poder votar, apesar das subvenções permanentes, haverá a navegação fluvial de todas as regiões interiores que a legislação trabalhista impõe, aumentada com a alta densidade de transporte e com todos os ônus que essa legislação acarreta, e, sobretudo, com os altos salários que a nossa estiva está acostumada a cobrar.

De sorte que o SNAP vai dar um salto grande. Não é imediato porque há graves distorções que ainda não puderam ser corrigidas. Não há com possibilidade. Pelo menos há o plano podendo ser corrigido.

O SR. SENADOR PEDRO CARNEIRO — E sobre a dragagem?

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — A dragagem é permanente atualmente, porque a capacidade de assoreamento é tremenda. Estamos interessados em continuar no porto de Igaraci que fica perto. O de Belém ficara fluvial, com a profundidade necessária para que qualquer navio do SNAP possa atracar. Manteremos a profundidade de mais ou menos seis metros. E' processo caro e antieconômico. O porto de Belém continuará mas destinado à navegação fluvial. Esta a idéia do Departamento de Portos e Vias Navegáveis. Não há a intenção de acabar com a navegação fluvial — e o que seria da Amazônia se tal sucedesse?

O SR. PEDRO CARNEIRO

O SR. SENADOR PEDRO CARNEIRO — E sobre a extinção da Estrada de Ferro de Bragança?

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Prometemos ao Governador Passarinho que vamos construir uma estrada de rodagem, seguindo todo o leito da Bragança. Garantiremos a todos os usuários, inclusive da fábrica de cimento, um transporte mais barato e menos antieconômico do que o da Estrada de Ferro de Bragança. Quanto, a Rêde, devo declarar que é uma sociedade anônima e eu posso interferir administrativamente numa proporção mínima. Eles vêm com o Estatuto e dizem: Ministro, o Sr. não pode interferir.

O SR. SENADOR PEDRO CARNEIRO — V. Exa. sabe as condições em que se encontra a Estrada de Ferro Tocantins?

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Temos recebido pedidos para não tocar nela. Acho que é uma estrada praticamente irre recuperável. Damos todos os anos uma verba para ela, uma vez que está sob a administração da Fundação Brasil Central. Tenho a impressão de que, com os trabalhos que estão sendo feitos, o aproveitamento do Rio Tocantins e do Rio Araguaia nessa estrada não terá finalidade nenhuma.

O SR. SENADOR PEDRO CARNEIRO — Temos um estudo perfeito para o aproveitamento da Cachoeira do IPEBA. O Senador José Ermírio sugeriu a recuperação com a retirada da areia pela dragagem. Se se fizesse uma barragem em qualquer das três cachoeiras que existem, com fiscalização eficiente, daria para pagar três ou quatro barragens, apenas com a retirada de ouro e diamantes.

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Este assunto não depende diretamente do meu Ministério, mas do Ministério das Minas e Energia.

Estou interessado, porque vamos com 10 ou 15% de investimento estabelecer a continuidade da navegação.

Vamos fazer um aproveitamento múltiplo de regularização de rios para garantir o deflúvio e aumentar o nível de águas e aproveitar as embarcações de maior calado.

Já desci de balsa.

A idéia de V. Exa. vai ser aceita da muito simpaticamente pelo Departamento.

Sr. Presidente, estou inteiramente a disposição dos nobres Srs. Senadores, pediria novamente que todas as indicações de utilidade para a realização dessa pesquisa que estão fazendo, fossem enviadas para o Ministério. Mandarei examinar e enviarei para aqui assim que estejam concluídas da primeira prioridade para isto, para que não cheguem fora de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígnegro Pacheco) — Não havendo mais nenhuma interpegação a fazer dou por encerrados os nossos trabalhos, agradeço a S. Exa. a presença com que atendeu ao nosso prego.

Ficamos satisfeitos e alegres com a exposição clara de S. Exa., como também à conclusão de que o Ministério da Viação está trabalhando satisfatoriamente, denotadamente em benefício do Brasil.

Agradecemos a V. Exa. e damos os parabéns pelo trabalho que tem realizado.

O SR. MINISTRO JUAREZ TÁVORA — Muito obrigado a V. Exa. e meu compromisso está firme.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígnegro Pacheco) — Está encerrada a sessão.

Comissão Mista encarregada de estudar a reforma do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e das Instituições Políticas do País.

2ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 1965

Ao primeiro dia do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e cinco, às onze horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal presentes os Senhores Deputados Oliveira Brito e Senadores Edmundo Levi, Afonso Arinos, Wilson Romeiras e Josaphat Marinho reunem-se, para dar prosseguimento aos trabalhos que lhe são inerentes, a Comissão incumbida da Reforma do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e das Instituições Políticas do País.

Abertos os trabalhos pelo Presidente Deputado Oliveira Brito, este facilitou a palavra ao Senador Afonso Arinos. Sua Excelência, na oportunidade, sugeriu fossem adotados dois tipos reuniões. Uma verificando-se de preferência pela manhã, de caráter mais discreto, na qual fomentem parte somente os senhores membros e parlamentares; outra, de maior amplitude, com acesso à imprensa e ao público.

Submetida à apreciação foi a idéia aplaudida por todos os membros da Comissão, que convencionaram, também, o horário das 10hs. para o primeiro tipo de reunião e o das 15hs. para a segunda, ambas nos dias de quinta-feira.

Em seguida falou o Senador Josaphat Marinho, que sugeriu fosse divulgada solicitação a várias entidades políticas e culturais, no sentido de que colaborem no fornecimento de

subsídios à Comissão da Reforma.

O Senador Afonso Arinos aplaudiu a idéia, emitindo, todavia, sugestões a respeito, o que foi corroborado pelos Senhores Senadores Wilson Gonçalves e Edmundo Levi.

Devendo ausentar-se na próxima semana para o exterior, o Senador Wilson Gonçalves solicitou licença e substituto tendo a Comissão deferido seu pedido.

Finalmente usou da palavra o Presidente da Comissão, Deputado Oliveira Brito, colocando seus Pares cientes de todas as providências tomadas durante a semana, providências, por sinal, referentes à colheita de subsídios e elementos indispensáveis ao melhor andamento e êxito da Comissão.

Outros detalhes de menor importância foram tratados, além de particularizar o Senhor Presidente todos

os contatos mantidos por Sua Excelência e representantes do Poder Judiciário e Executivo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às 12,20hs. encerra a presente reunião e, para constar, eu, Lutz de Souza Leão, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão, vai à publicação.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente —	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente —	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário —	Dinarte Maris (UDN)
2º Secretário —	Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário —	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário —	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente —	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente —	Guido Mondim (PSD)
3º Suplente —	Vasconcellos Torres (PTB)
4º Suplente —	Raul Giuberti (PSP)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guimomar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura A. ade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Fontana — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondim — R.G. Sul
7. Menezes Pimental — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermirio — Pernambuco
4. Edmundo Levi — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R.G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Maris — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R.G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 3 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	3
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	65

Sem legenda

BLOCOS PARTIDARIOS

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSD	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Vice-Líderes
Lino de Mattos (PTN)	Josephat Marinho (sem legenda)
Aurélio Vianna (PSB)	Aarão Steinbruch (MTR)
Júlio Leite (PR)	Miguel Couto (PSP)
	Arnon de Mello (PDC)
	Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder
Filinto Müller
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder
Barros Carvalho
Vice-Líderes
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá
Edmundo Levi

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder
Daniel Krieger
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Heribaldo Vieira

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder
Mem de Sá
Vice-Líder
Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder
Miguel Couto
Vice-Líder
Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder
Lino de Mattos
Vice-Líder
Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante
Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)

Representante
Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante
Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante
Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

TITULARES	SUPLENTE
Eugênio Barros	1. José Leite
José Feliciano	2. Atílio Fontana
José Ermirio	PTB
Nelson Maculan	1. Dix-Huit Rosad
	2. Antônio Jucá
	UDN
Lopes da Costa	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	2. João Agripino
Dylton Costa	BPI
	1. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES	SUPLENTE
Jefferson de Aguiar	1. Menezes Pimental
Antônio Balbino	2. José Feliciano
Wilson Gonçalves	3. Filinto Müller
Ruy Carneiro	4. Benedicto Valladares

PTB
 Edmundo Levi
 Benezerra Neto
 Arthur Virgílio

UDN
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Aloysio de Carvalho

BPI
 Josaphat Marinho

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES
 Pedro Ludovico
 Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
 2. Benedicto Valladares

PTB

Arthur Virgílio
 Mello Braga

1. Bezerra Neto
 2. Antônio Jucá

UDN

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
 2. Lopes da Costa

BPI

Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES
 Atílio Fontana
 José Feliciano
 José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Sebastião Archer

PTB

José Ermírio
 Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
 2. Mello Braga

UDN

Adolpho Franco
 Lopes da Costa
 Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
 2. José Cândido
 3. Mem de Sá

BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
 2. Sigefredo Pacheco

PTB

Antônio Jucá
 Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
 2. Mello Braga

UDN

Padre Calazans
 Mem de Sá

1. Afonso Arinos
 2. Faria Favares

BPI

Lino de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Walfredo Gurgel

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Pessoa de Queiroz
 Antônio Jucá

Faria Favares
 Irineu Bornhausen
 Eurico Rezende

Mem de Sá

Aurélio Vianna
 Lino de Mattos

PSD

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
 2. José Guilomard
 3. Eugênio Barros
 4. Menezes Pimentel
 5. Pedro Ludovico

PTB

1. José Ermírio
 2. Edmundo Levi
 3. Mello Braga
 4. Oscar Passos

UDN

1. João Agripino
 2. Adolpho Franco
 3. Daniel Krieger

PL

1. Aloysio de Carvalho

BPI

1. Josaphat Marinho
 2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

SUPLENTE

TITULARES
 José Feliciano
 Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
 2. Sebastião Archer

PTB

Nelson Maculan
 Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
 2. Oscar Passos

UDN

Adolpho Franco
 Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
 2. Eurico Rezende

BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira às 16.30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

PSD

SUPLENTE

TITULARES
 Ruy Carneiro
 Walfredo Gurgel
 Atílio Fontana
 Eugênio Barros

1. José Guilomard
 2. Sigefredo Pacheco
 3. José Leite
 4. Lobão da Silveira

PTB

Vivaldo Lima
 Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
 2. Pessoa de Queiroz

UDN

Eurico Rezende
 Herivaldo Vieira

1. Lopes da Costa
 2. Zacharias de Assunção

BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal

Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

SUPLENTE

TITULARES
 Benedicto Valladares
 Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
 2. Filinto Müller

PTB

José Ermírio
 Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
 2. Antônio Jucá

UDN
 1. José Cândido
 2. Afonso Arinos

BPI
 1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

POLIGONO DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

TITULARES
 Ruy Carneiro
 Sebastião Archer

PSD
 1. Sigefredo Pacheco
 2. José Leite

PTB
 1. José Ermírio
 2. Antônio Jucá

UDN
 1. Lopes da Costa
 2. Antônio Carlos

BPI
 1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES
 Wilson Gonçalves
 José Guilomard
 Jefferson de Aguiar

PSD
 1. Walfredo Gurgel
 2. José Feliciano
 3. Ruy Carneiro

PTB
 1. Mello Braga
 2. Edmundo Levi

UDN
 1. Daniel Krieger
 2. Adolfo Franco

BPI
 1. Aurélio Vianna

PL
 1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

TITULARES
 Walfredo Gurgel
 Sebastião Archer

PSD
 1. Lobão da Silveira
 2. José Feliciano

PTB
 1. Edmundo Levi

UDN
 1. Eurico Rezende

BPI
 1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abraham
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

TITULARES
 Benedicto Valladares
 Filinto Müller
 Menezes Pimentel
 José Guilomard

PSD
 1. Ruy Carneiro
 2. Victorino Freire
 3. Wilson Gonçalves
 4. José Leite

PTB
 1. Nelson Maculan
 2. Antônio Jucá
 3. Mello Braga

UDN
 1. Paulo Calazans
 2. João Agripino
 3. Mem de Sá

BPI
 1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castañon Branco
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: José Cândido

TITULARES
 Sigefredo Pacheco
 Pedro Ludovico

PSD
 1. Walfredo Gurgel
 2. Eugênio Barros

PTB
 1. Antônio Jucá

UDN
 1. Lopes da Costa

BPI
 1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
 Vice-Presidente: José Guilomard

TITULARES
 José Guilomard
 Victorino Freire

PSD
 1. Ruy Carneiro
 2. Atílio Fontana

PTB
 1. Dix-Huit Rosado
 2. José Ermírio

UDN
 1. Adolpho Franco
 2. Eurico Rezende

BPI
 1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
 Vice-Presidente: Victorino Freire

TITULARES
 Sigefredo Pacheco
 Victorino Freire

PSD
 1. José Feliciano
 2. Filinto Müller

PTB
 1. Antônio Jucá
 2. Dix-Huit Rosado

UDN
 1. Antônio Carlos
 2. Mem de Sá

BPI
 2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

Mello Braga	PTB
	1. Bezerra Neto
Lopes da Costa	UDN
	1. Irineu Bornhausen
Arron de Mello	BPI
	2. Josaphat Marinho
Secretário: Gerardo Lima de Aguiar	
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.	

COMISSÕES ESPECIAIS

Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Mello Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Julio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — (Relator) — (Transportes Ferroviários) — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — (Relator) — (Transportes Marítimos) — UDN.
Julio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antonio Juca — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Neite Neto
Nelson Macutan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Atílio Fontana — PSD
Sigefredo Pacheco (Presidente) — PSD.
Eugênio Barros — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
José Ermirio (Relator) — PTB.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN
Raul Glubert — PSP.

Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos

José Leite — PSD
Vaga — PSD
Vasconcelos Torres — PTB
Heribaldo Vieira — UDN
Aurélio Vianna — PSB

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos —
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Eurico Rezende — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos — (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
... Vago — PTB.
... Vago — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR POSTO DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Presidente) — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
... Vago — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
... Vago (PTB)
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Guido Mondin — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Lopes da Costa — UDN
João Agripino — UDN
Eurico Rezende — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Josaphat Marinho — Sem legenda
Aloysio de Carvalho — PL
Lino de Matos — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Guido Mondin — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Lopes da Costa — UDN
João Agripino — UDN
Eurico Rezende — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PL
Miguel Couto — PSP
Cattete Pinheiro — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD.
... vaga — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende — UDN
João Agripino — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PL
Aurélio Vianna — Relator — PSB

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
... vaga — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN
Menezes Pimentel — PSD
Eurico Rezende — Relator — UDN
Silvestre Péricles — Presidente — PTB
João Agripino — UDN
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PTB
Lino de Matos — PTN